



**RELATÓRIO
DE GESTÃO
E
CONTA DE GERÊNCIA**

2021



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS



ÍNDICE

	Página
1. Relatório de Gestão	
1.1. Introdução.....	4
1.2. Caraterização da Entidade.....	7
1.3. Análise Orçamental.....	9
2. Demonstrações Financeiras na óptica Orçamental	
 2.1. Demonstrações <i>previsionais</i>	
2.1.1. Orçamento e Plano Orçamental Plurianual.....	16
2.1.2. Plano plurianual de investimentos (PPI).....	19
2.1.3. Plano plurianual das ações mais relevantes (PPA).....	21
 2.2. Demonstrações <i>de relato</i>	
2.2.1. Demonstração de desempenho orçamental.....	23
2.2.2. Demonstração de execução orçamental da receita.....	24
2.2.3. Demonstração de execução orçamental da despesa.....	27
2.2.4. Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos.....	32
2.2.5. Demonstração da execução do Plano das Ações mais Relevantes.....	34
 2.3. Anexo às demonstrações orçamentais	
2.3.1. Alterações orçamentais da receita.....	36
2.3.2. Alterações orçamentais da despesa.....	39
2.3.3. Alterações ao plano plurianual de investimentos.....	42
2.3.4. Operações de tesouraria.....	44
2.3.5. Contratação administrativa - situação dos contratos.....	45
2.3.6. Contratação administrativa - adjudicações por tipo de procedimento.....	52
2.3.7. Transferências e subsídios concedidos.....	53
2.3.8. Transferências e subsídios recebidos.....	57
 2.4. Outras divulgações	
2.4.1. Retenções.....	61
2.4.2. Resumo Diário de Tesouraria.....	62
3. Outros Documentos	
3.1. Relação nominal de responsáveis pela execução.....	64
3.2. Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (SNC-AP).....	65
3.3. Síntese das Reconciliações Bancárias.....	66



ÍNDICE

	Página
3.4. Reconciliações Bancárias.....	67
3.5. Norma de Controlo Interno.....	69



INTRODUÇÃO

No exercício de 2021 foi dado cumprimento ao sistema contabilístico – SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

Assim, os modelos de demonstrações financeiras e orçamentais apresentados são os constantes deste normativo, com as adaptações e melhorias introduzidas pela UniLeo - Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental, constando, apenas, do presente documento, os mapas devidamente validados.

O presente relatório referente a 31 de dezembro de 2021 e que reflete a situação económica e financeira da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos, foi preparado de acordo com os princípios contabilísticos previstos no SNC-AP, de forma a ser submetido à apreciação do Órgão Executivo, dando igualmente cumprimento ao estabelecido na alínea e) do n.º 2 do Art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, de 22 de setembro.

A prestação de contas, não obstante a boa-fé que deve sustentar a sua elaboração, é um conjunto de documentos que procuram na experiência vivida, demonstrar a execução orçamental e financeira de um ciclo temporal, normalmente coincidente com o ano civil.

No que respeita à sua estrutura, e conforme determina a lei, foi elaborada em obediência aos princípios da clareza, exatidão e simplicidade, de forma a possibilitar a sua análise tanto na vertente económica, como na vertente financeira, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados, sem esquecer o peso que a vertente política imprime nesta análise, tendo sempre presente os superiores interesses da população da Freguesia.

O resultado da execução orçamental evidencia um saldo da execução orçamental de 16 286,15€, incluindo o saldo transitado da gerência anterior (à data de 31/12/2020) de 5 205,19€, e foi elaborada segundo as normas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

No período em referência, a execução da receita atingiu 95,69% da prevista, a despesa total executada no período em análise ascendeu a 81,89%.



Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos

Relatório de Gestão 2021

Foi dado cumprimento à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), regulamentado pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, onde estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, pelo que, todos os compromissos do ano económico de 2021 foram assumidos tendo em consideração o montante máximo de fundos disponíveis em cada período.

É ainda de realçar que o montante dos compromissos assumidos e não pagos, transitados para a gerência de 2022, cujo valor é de 152,36€, respeitando no seu fundamental a despesas decorrentes dos serviços e atividades da Junta de Freguesia (retenções das remunerações de dezembro).

No âmbito do sistema contabilístico – SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, e de acordo com as instruções definidas no Classificador Complementar (CC2), estão todas as autarquias locais obrigadas a proceder à inventariação de todos os seus bens, direitos e obrigações constituintes do seu património bem como à sua valorização.

Destaca-se, no caso da identificação do universo patrimonial que constitui o ativo imobilizado da entidade, a necessidade de conhecer a composição, titularidade e características que individualizam cada um dos bens, devendo garantir-se a regularização jurídica para os bens sujeitos a registo.

No decorrer da ação de inventário em 2021, foram identificados e reconciliados fisicamente 283 bens ativos, do n.º 1 ao n.º 286.

Os documentos de prestação de contas foram elaborados e obedecem a modelos uniformes de acordo com a Instrução n.º 1/2019 – PG, publicada no Diário da República, 2.ª série – N.º 46 – 6 de março de 2019.



Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos

Relatório de Gestão 2021

O Órgão Executivo da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos

Hélio António Zacarias Vicente

Filipe Manuel Pedro Bento

Tânia Raquel Gonçalves Martins

O Presidente

Hélio António Zacarias Vicente

O Contabilista Certificado

Nuno Miguel Rocha (CC 92218)



CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	JUNTA DE FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS		
NIPC	507091043		
Natureza	Junta de Freguesia		
Endereço postal	Rua de S. Tiago, 46 A - 2630-528 S. Tiago dos Velhos		
Telefone / Fax	(+ 351) 219 816 720		
Endereço de correio eletrónico	freguesia@stiagovelhos.pt		
Sítio na internet	https://www.jf-stiagovelhos.pt/		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	
Organograma	-		
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro (RFALEI)		
Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL)		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (a especificar – opcional)	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
Serviços Municipalizados			<input checked="" type="checkbox"/>
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	Influência dominante		
Serviços Intermunicipalizados			<input checked="" type="checkbox"/>
Entidades Intermunicipais			<input checked="" type="checkbox"/>
Entidades Associativas Municipais			<input checked="" type="checkbox"/>
Empresas Locais			<input checked="" type="checkbox"/>
Empresas Participadas			<input checked="" type="checkbox"/>
Cooperativas			<input checked="" type="checkbox"/>
Fundações			<input checked="" type="checkbox"/>
Entidades de outra natureza			<input checked="" type="checkbox"/>
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
As competências previstas: Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro (RJAL), Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais), e DL n.º 57/2019, de 30 de Abril (Concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias)			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
5.2 NÚMERO DE ELEITOS			
Em regime de permanência.....	0 <input type="checkbox"/>		
A meio tempo.....	0 <input type="checkbox"/>		
Restantes eleitos.....	3 <input type="checkbox"/>		
5.3 NÚMERO DE ELETORES			
Até 10.000.....	X <input type="checkbox"/>		
Mais de 10.000 e menos de 40.000.....	<input checked="" type="checkbox"/>		
Igual ou superior a 40.000.....	<input type="checkbox"/>		
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA			
Para a aplicação prática do Regime Contabilístico Simplificado das Microentidades do SNC-AP, a Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos utilizou Software Aplicacional da Empresa Frenetikódigo - Software, LDA			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora	-		
Data da ação	-		
Período abrangido	-		
Identificação da ação	-		
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação		
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)	16/10/2021	27/12/2021	



CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Regulamentos	-	-
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	-	-
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de	-	-
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Revisão Orçamental	05/04/2021	17/05/2021
Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)		
7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
Identificação das entidades que compõem o Grupo Público		
7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		1
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
	-	-
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
- Data da constituição		
- Entidades associadas existentes no fim do exercício		
- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência		
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- (a especificar)		
- Concessionário		
- Objeto da concessão		
- Data de celebração do contrato		
- Período da concessão		
- Natureza da concessão		
7.11 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	Sim	Não
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(a especificar)		

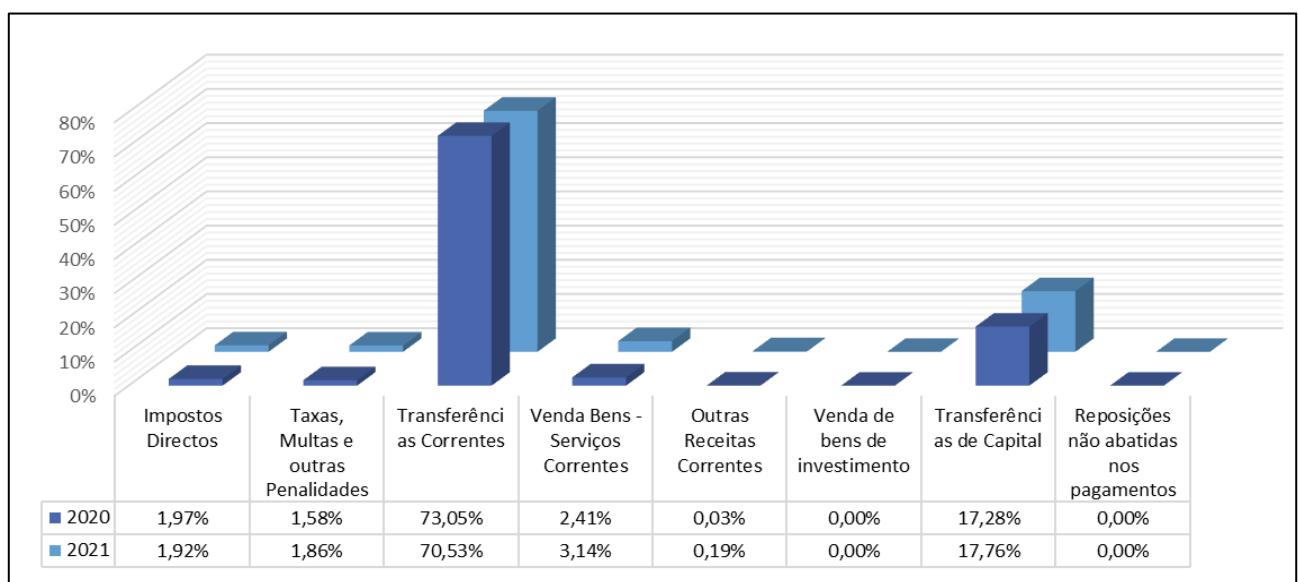


ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTAL

1. RECEITA

A receita orçamental efetiva (não inclui saldo da gerência anterior) cobrada, referente a 31 de dezembro de 2021, ascendeu a 107 628,55 euros (a 31.12.2020 foi de 101 561,33 euros), conforme detalhe apresentado no quadro que se segue:

Evolução das Receitas Cobradas por Capítulo Económico						
CAPITULOS	2020		2021			% Peso nas Receitas
	Realizado	% Peso nas Receitas	Previsto	Realizado	% Execução	
Impostos Directos	2 079,45 €	1,97%	2 320,00 €	2 161,40 €	93,16%	1,92%
Taxas, Multas e outras Penalidades	1 666,73 €	1,58%	2 835,00 €	2 099,61 €	74,06%	1,86%
Transferências Correntes	77 029,75 €	73,05%	80 352,00 €	79 576,46 €	99,03%	70,53%
Venda Bens - Serviços Correntes	2 541,06 €	2,41%	4 600,00 €	3 537,72 €	76,91%	3,14%
Outras Receitas Correntes	28,34 €	0,03%	2 514,00 €	215,36 €	8,57%	0,19%
Total das Receitas Correntes	83 345,33 €	79,04%	92 621,00 €	87 590,55 €	94,57%	77,63%
Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00%	2,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	18 216,00 €	17,28%	20 038,00 €	20 038,00 €	100,00%	17,76%
Outras Receitas de Capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Total das Receitas Capital	18 216,00 €	17,28%	20 040,00 €	20 038,00 €	99,99%	17,76%
Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00 €	0,00%	50,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Total das Receitas Orçamentais	101 561,33 €	96,32%	112 711,00 €	107 628,55 €	95,49%	95,39%
Saldo da Gerência Anterior	3 884,16 €	3,68%	5 205,19 €	5 205,19 €	100,00%	4,61%
TOTAL	105 445,49 €	100%	117 916,19 €	112 833,74 €	95,69%	100%





Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos

As receitas da Junta de Freguesia repartem-se em receitas correntes no montante de 87 590,55 euros (77,63%), receitas de capital no montante de 20 038,00 euros (17,76%) e Saldo da Gerência Anterior no valor de 5 205,19 euros (4,61%), tendo, no período em referência, a execução da receita atingido 95,69% da receita prevista.

Do total de receitas arrecadadas, as próprias apresentam um montante de 8 014,09 euros, ou seja, o peso das receitas próprias sobre a totalidade da receita arrecadada é de 7,45%, o que significa que a Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos evidencia alguma dependência das Receitas provenientes de transferências, nomeadamente do Município e Administração Central.

	2020	2021
Total Receita Arrecadada	101 561,33	107 628,55
Total Receita Próprias	6 315,58	8 014,09
Peso das Receitas Próprias	6,22%	7,45%

Como mencionado supra e à semelhança dos anos anteriores, o capítulo de receitas correntes mais representativo é o das *Transferências Correntes*, com 79 576,46 euros, o que equivale a 70,53% da receita total. Neste montante estão incluídas, entre outras, as transferências do Orçamento de Estado de natureza corrente, relativas ao Fundo de Financiamento das Freguesias e às transferências recebidas por parte da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, no âmbito dos Contratos Interadministrativos e Protocolos de Delegação de Competências.

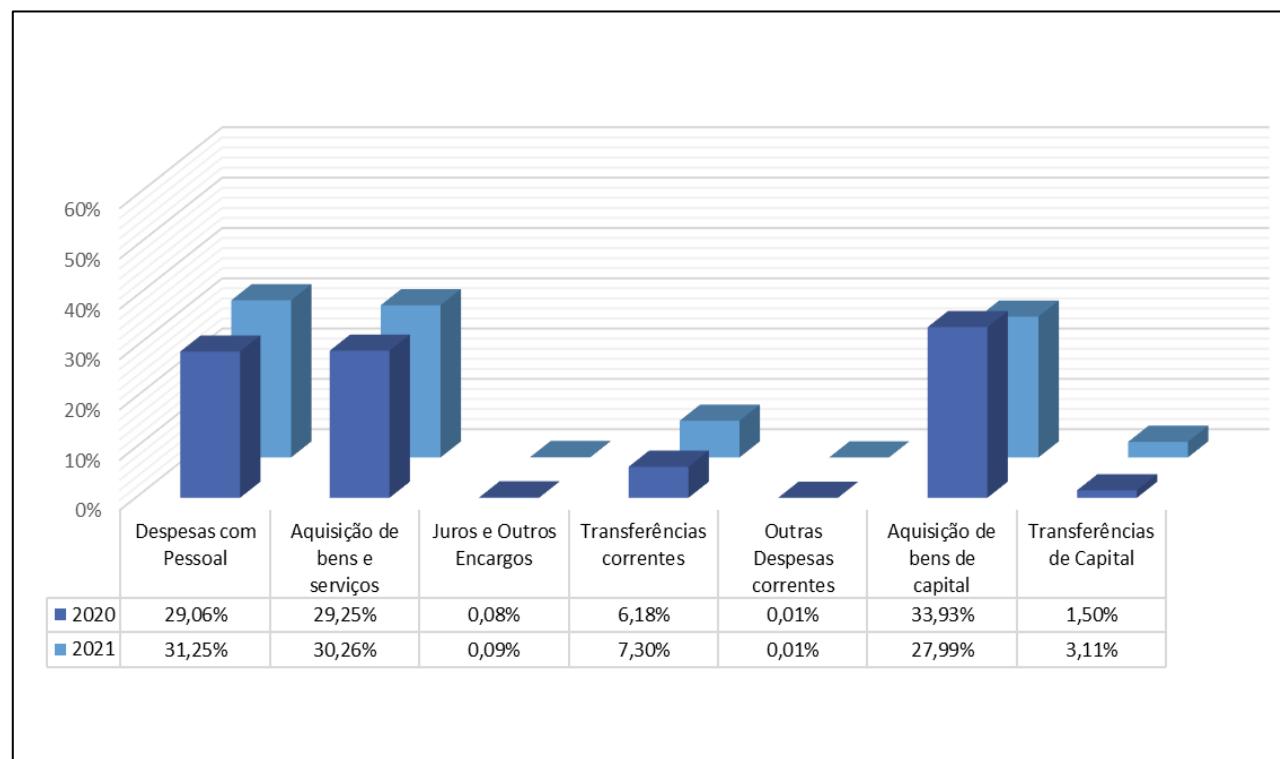
Salienta-se, em relação às rubricas Taxas, multas e outras penalidades, apresentam um menor grau de execução face a 2019, uma vez que as mesmas ainda se encontram influenciadas pela conjuntura nacional, consequência da pandemia COVID-19, nomeadamente devido ao encerramento de espaços, atribuição de isenção de taxas e à suspensão de algumas atividades económicas.



2. DESPESA

Findo o exercício económico de 2021, o detalhe das despesas apresenta-se de acordo com o quadro infra:

Distribuição por Capítulo de Despesa						
CAPITULOS	2020		2021			
	Despesa Paga	% Peso nas Despesas	Despesa Corrigida	Despesa Paga	% Execução	% Peso nas Despesas
Despesas com Pessoal	29 133,07 €	29,06%	30 613,00 €	30 168,13 €	98,55%	31,25%
Aquisição de bens e serviços	29 318,88 €	29,25%	34 435,19 €	29 217,10 €	84,85%	30,26%
Juros e Outros Encargos	84,00 €	0,08%	90,00 €	84,00 €	93,33%	0,09%
Transferências correntes	6 190,60 €	6,18%	7 110,00 €	7 051,66 €	99,18%	7,30%
Outras Despesas correntes	6,00 €	0,01%	132,00 €	6,20 €	4,70%	0,01%
Total das Despesa Correntes	64 732,55 €	64,58%	72 380,19 €	66 527,09 €	91,91%	68,91%
Aquisição de bens de capital	34 007,75 €	33,93%	42 536,00 €	27 020,50 €	63,52%	27,99%
Transferências de Capital	1 500,00 €	1,50%	3 000,00 €	3 000,00 €	100,00%	3,11%
Total das Despesas Capital	35 507,75 €	35,42%	45 536,00 €	30 020,50 €	65,93%	31,09%
TOTAL	100 240,30 €	100,0%	117 916,19 €	96 547,59 €	81,88%	100,0%





Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos

A despesa paga no período em análise ascendeu a 96 547,59 euros (em 2020: 100 240,30 euros), o que equivale a um grau de execução de 81,88% da despesa prevista.

Por sua vez, o capítulo económico que mais contribuiu para a despesa total foi o das *Despesas com o Pessoal* com 30 168,13 euros, correspondendo a 31,25% da despesa paga, seguido da *Aquisição de bens e serviços* que registaram 29 217,10 euros e representam 30,26% da despesa paga.



3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RESULTADO

Analisadas as contas, verifica-se que a relação Receita/Despesas, acrescendo o saldo da gerência anterior, obtemos o saldo de execução orçamental para a gerência seguinte, que será de **16.286,15** euros.

Saldo da Gerência Anterior	Euros
Execução Orçamental	5.205,19
Operações de Tesouraria	0,00
	5.205,19

Saldo Para a Gerência Seguinte	Euros
Execução Orçamental	16.286,15
Operações de Tesouraria	0,00
	16.286,15



Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos

Demonstrações Orçamentais

Exercício de 2021

Demonstrações Previsionais Orçamentais



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Orçamento Plurianual
2021

Rubrica	Designação	Orçamento 2021			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2022	2023	2024	2025
	Receita corrente	0,00 €	92.567,00 €	92.567,00 €	93.492,67 €	93.492,67 €	93.492,67 €	93.492,67 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	2.320,00 €	2.320,00 €	2.343,20 €	2.343,20 €	2.343,20 €	2.343,20 €
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	2.320,00 €	2.320,00 €	2.343,20 €	2.343,20 €	2.343,20 €	2.343,20 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00 €	2.835,00 €	2.835,00 €	2.863,35 €	2.863,35 €	2.863,35 €	2.863,35 €
R4	Rendimentos de propriedade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	80.298,00 €	80.298,00 €	81.100,98 €	81.100,98 €	81.100,98 €	81.100,98 €
R5.1	Transferências correntes	0,00 €	80.298,00 €	80.298,00 €	81.100,98 €	81.100,98 €	81.100,98 €	81.100,98 €
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	80.298,00 €	80.298,00 €	81.100,98 €	81.100,98 €	81.100,98 €	81.100,98 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00 €	45.276,00 €	45.276,00 €	45.728,76 €	45.728,76 €	45.728,76 €	45.728,76 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	35.022,00 €	35.022,00 €	35.372,22 €	35.372,22 €	35.372,22 €	35.372,22 €
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	0,00 €	4.600,00 €	4.600,00 €	4.646,00 €	4.646,00 €	4.646,00 €	4.646,00 €
R7	Outras receitas correntes	0,00 €	2.514,00 €	2.514,00 €	2.539,14 €	2.539,14 €	2.539,14 €	2.539,14 €
R8	Receita de capital	0,00 €	20.040,00 €	20.040,00 €	20.240,40 €	20.240,40 €	20.240,40 €	20.240,40 €
R9	Venda de bens de investimento	0,00 €	2,00 €	2,00 €	2,02 €	2,02 €	2,02 €	2,02 €
R9.1	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	20.038,00 €	20.038,00 €	20.238,38 €	20.238,38 €	20.238,38 €	20.238,38 €
R9.1.1	Transferências de capital	0,00 €	20.038,00 €	20.038,00 €	20.238,38 €	20.238,38 €	20.238,38 €	20.238,38 €
R9.1.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	20.038,00 €	20.038,00 €	20.238,38 €	20.238,38 €	20.238,38 €	20.238,38 €
R9.1.1.2	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00 €	50,00 €	50,00 €	50,50 €	50,50 €	50,50 €	50,50 €
	Receita efetiva [1]	0,00 €	112.657,00 €	112.657,00 €	113.783,57 €	113.783,57 €	113.783,57 €	113.783,57 €
	Receita não efetiva [2]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Receita total [3]=[1]+[2]	0,00 €	112.657,00 €	112.657,00 €	113.783,57 €	113.783,57 €	113.783,57 €	113.783,57 €



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

**Orçamento Plurianual
2021**

Órgão executivo,

Em _____ de _____ de _____

Órgão deliberativo,

Em _____ de _____ de _____

O Contabilista Público,

Em _____ de _____ de _____



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Plano Plurianual de Investimentos - 2021 Inicial

Objectivo	Projeto	Designação	Rubrica Orçamental		Forma Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos							Total Previsto			
			Orgânica	Económica		RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do período 2020	Períodos seguintes								
															2021	2022	2023	2024	2025	Outros			
111	2021/32	Requalificação do acesso à Cascata da Contradinha	01	07010401	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	0	0,00 €	0,00 €	3.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.500,00 €		
111	2021/33	Manutenção do poço e fontanário de Adoseiros	01	07010401	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	0	0,00 €	0,00 €	4.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.500,00 €		
Total Objectivo 111													0,00 €	0,00 €	41.811,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	41.811,00 €		
													Total	0,00 €	0,00 €	41.811,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	41.811,00 €	

Órgão executivo,

Em _____ de _____ de _____

Órgão deliberativo,

Em _____ de _____ de _____

O Contabilista Público,

Em _____ de _____ de _____



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Plano Plurianual de Atividades - 2021 Inicial

Objetivo	Projeto	Designação	Rubrica Orçamental		Forma Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos							Total Previsto			
			Orgânica	Económica		RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do período 2020	Períodos seguintes								
															2021	2022	2023	2024	2025	Outros			
111	2020/1	Despesas destinadas à aquisição de bens e serviços relativos à proteção da saúde pública, bem como a outras medidas de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19	01	020104	A	0,00	0,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	0	0,00 €	0,00 €	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	500,00 €		
111	2020/2	Despesas destinadas à proteção da saúde pública devido aos efeitos da pandemia da COVID-19	01	04070101	A	0,00	0,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	0	0,00 €	0,00 €	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	100,00 €		
		Total Objectivo 111											0,00 €	0,00 €	600,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	600,00 €			
													Total	0,00 €	0,00 €	600,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	600,00 €		

Órgão executivo,

Em _____ de _____ de _____

Órgão deliberativo,

Em _____ de _____ de _____

O Contabilista Público,

Em _____ de _____ de _____

Demonstrações de Relato



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Demonstração da Execução Orçamental de Receita
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Previsões Corrigidas	Receita por cobrar períodos anteriores		Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução	
		Receitas Liquidadas	Receita por cobrar períodos anteriores			Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
R1 Receita fiscal	2.320,00 €	0,00 €	2.161,40 €	0,00 €	2.161,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.161,40 €	2.161,40 €	0,00 €	0,00%	93,16%
R1.1 Receita fiscal	2.320,00 €	0,00 €	2.161,40 €	0,00 €	2.161,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.161,40 €	2.161,40 €	0,00 €	0,00%	93,16%
010202 Imposto municipal sobre imóveis	2.320,00 €	0,00 €	2.161,40 €	0,00 €	2.161,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.161,40 €	2.161,40 €	0,00 €	0,00%	93,16%
R3 Taxas, multas e outras penalidades	2.835,00 €	0,00 €	2.099,61 €	0,00 €	2.099,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.099,61 €	2.099,61 €	0,00 €	0,00%	74,06%
04012304 Animais	915,00 €	0,00 €	902,50 €	0,00 €	902,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	902,50 €	902,50 €	0,00 €	0,00%	98,63%
0401239909 Cemitérios	750,00 €	0,00 €	1.003,73 €	0,00 €	1.003,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.003,73 €	1.003,73 €	0,00 €	0,00%	133,83%
0401239999 Outras (Atestados e Licenças)	570,00 €	0,00 €	193,38 €	0,00 €	193,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	193,38 €	193,38 €	0,00 €	0,00%	33,93%
040201 Juros de mora	25,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
040202 Juros compensatórios	25,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
040204 Coimas e penalidades por contra-ordenações	300,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
040299 Multas e penalidades diversas	250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
R5 Transferências e subsídios correntes	80.352,00 €	0,00 €	79.576,46 €	0,00 €	79.576,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	79.576,46 €	79.576,46 €	0,00 €	0,00%	99,03%
R5.1 Transferências correntes	80.352,00 €	0,00 €	79.576,46 €	0,00 €	79.576,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	79.576,46 €	79.576,46 €	0,00 €	0,00%	99,03%
R5.1.1 Administrações Públicas	80.352,00 €	0,00 €	79.576,46 €	0,00 €	79.576,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	79.576,46 €	79.576,46 €	0,00 €	0,00%	99,03%
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	45.330,00 €	0,00 €	45.330,00 €	0,00 €	45.330,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	45.330,00 €	45.330,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
06030104 Fundo de Financiamento das Freguesias	38.740,00 €	0,00 €	38.740,00 €	0,00 €	38.740,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	38.740,00 €	38.740,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
06030105 FFF - N.º 8 Artº 38 Lei nº 73/2013	6.536,00 €	0,00 €	6.536,00 €	0,00 €	6.536,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6.536,00 €	6.536,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
06030199 Outras	54,00 €	0,00 €	54,00 €	0,00 €	54,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	54,00 €	54,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
R5.1.1.5 Administração Local	35.022,00 €	0,00 €	34.246,46 €	0,00 €	34.246,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	34.246,46 €	34.246,46 €	0,00 €	0,00%	97,79%
SubTotal	50.485,00 €	0,00 €	49.591,01 €	0,00 €	49.591,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	49.591,01 €	49.591,01 €	0,00 €	0,00%	98,23%



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Demonstração da Execução Orçamental de Receita
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Previsões Corrigidas	Receita por cobrar períodos anteriores		Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução	
		Receitas Liquidadas	Emitidos			Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Períodos anteriores	Período corrente		
0605010101 Transferências correntes	33.832,00 €	0,00 €	33.832,00 €	0,00 €	33.832,00 €	0,00 €	0,00 €	33.832,00 €	33.832,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%	
0605010102 Recenseamento eleitoral	150,00 €	0,00 €	154,81 €	0,00 €	154,81 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	154,81 €	154,81 €	0,00 €	0,00%	103,21%
0605010103 Senhas das mesas eleitorais	1.040,00 €	0,00 €	259,65 €	0,00 €	259,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	259,65 €	259,65 €	0,00 €	0,00%	24,97%
R6 Venda de bens e serviços	4.600,00 €	0,00 €	3.537,72 €	0,00 €	3.537,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.537,72 €	3.537,72 €	0,00 €	0,00%	76,91%
0702090501 Inumações/Exumações	1.750,00 €	0,00 €	2.540,62 €	0,00 €	2.540,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.540,62 €	2.540,62 €	0,00 €	0,00%	145,18%
0702090502 Aluguer de ossários	1.200,00 €	0,00 €	966,62 €	0,00 €	966,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	966,62 €	966,62 €	0,00 €	0,00%	80,55%
0702099901 Fotocópias e faxes	100,00 €	0,00 €	21,86 €	0,00 €	21,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	21,86 €	21,86 €	0,00 €	0,00%	21,86%
0702099902 Comparticipações diversas	1.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
0702099903 Venda de artigos honoríficos	50,00 €	0,00 €	8,62 €	0,00 €	8,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8,62 €	8,62 €	0,00 €	0,00%	17,24%
R7 Outras receitas correntes	2.514,00 €	0,00 €	215,36 €	0,00 €	215,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	215,36 €	215,36 €	0,00 €	0,00%	8,57%
08019901 Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
08019902 Indemnizações de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
08019999 Diversas	514,00 €	0,00 €	215,36 €	0,00 €	215,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	215,36 €	215,36 €	0,00 €	0,00%	41,90%
Total Correntes	92.621,00 €	0,00 €	87.590,55 €	0,00 €	87.590,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	87.590,55 €	87.590,55 €	0,00 €	0,00%	94,57%
R8 Venda de bens de investimento	2,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
09040101 Equipamento de transporte	1,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
09040102 Maquinaria e equipamento	1,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
R9 Transferências e subsídios de capital	20.038,00 €	0,00 €	20.038,00 €	0,00 €	20.038,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.038,00 €	20.038,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
R9.1 Transferências de capital	20.038,00 €	0,00 €	20.038,00 €	0,00 €	20.038,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.038,00 €	20.038,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
SubTotal	92.623,00 €	0,00 €	87.590,55 €	0,00 €	87.590,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	87.590,55 €	87.590,55 €	0,00 €	0,00%	94,57%



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Demonstração da Execução Orçamental de Receita
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Previsões Corrigidas	Receita por cobrar períodos anteriores		Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução	
		Receitas Liquidadas	Receitas Liquidadas			Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
R9.1.1 Administrações Públicas	20.038,00 €	0,00 €	20.038,00 €	0,00 €	20.038,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.038,00 €	20.038,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
R9.1.1.5 Administrações Públicas	20.038,00 €	0,00 €	20.038,00 €	0,00 €	20.038,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.038,00 €	20.038,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
10050101 Municípios	20.038,00 €	0,00 €	20.038,00 €	0,00 €	20.038,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.038,00 €	20.038,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
Total Capital	20.040,00 €	0,00 €	20.038,00 €	0,00 €	20.038,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.038,00 €	20.038,00 €	0,00 €	0,00%	99,99%
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
150101 Reposições não abatidas nos pagamentos	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Total Outras	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	5.205,19 €	0,00 €	5.205,19 €	0,00 €	5.205,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.205,19 €	5.205,19 €	0,00 €	0,00%	100,00%
160101 Na posse do serviço	5.205,19 €	0,00 €	5.205,19 €	0,00 €	5.205,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.205,19 €	5.205,19 €	0,00 €	0,00%	100,00%
Total Outros	5.255,19 €	0,00 €	5.205,19 €	0,00 €	5.205,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.205,19 €	5.205,19 €	0,00 €	0,00%	99,05%
Total Administração Autárquica	117.916,19 €	0,00 €	112.833,74 €	0,00 €	112.833,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	112.833,74 €	112.833,74 €	0,00 €	0,00%	95,69%

Órgão executivo,

Em _____ de _____ de _____

Órgão deliberativo,

Em _____ de _____ de _____

O Contabilista Público,

Em _____ de _____ de _____



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Demonstração da Execução Orçamental de Despesa
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descartivos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução	
						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
D1 Despesas com o pessoal	151,92 €	30.613,00 €	0,00 €	30.320,49 €	30.320,49 €	151,92 €	30.016,21 €	30.168,13 €	0,00 €	152,36 €	0,50%	98,05%
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	150,41 €	22.221,00 €	0,00 €	22.042,18 €	22.042,18 €	150,41 €	21.742,36 €	21.892,77 €	0,00 €	149,41 €	0,68%	97,85%
010101 Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	0,00 €	9.150,00 €	0,00 €	9.066,52 €	9.066,52 €	0,00 €	9.066,52 €	9.066,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,09%
01010401 Pessoal em funções	150,41 €	10.250,00 €	0,00 €	10.231,73 €	10.231,73 €	150,41 €	9.931,91 €	10.082,32 €	0,00 €	149,41 €	1,47%	96,90%
010109 Pessoal em qualquer outra situação	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
010113 Subsídio de refeição	0,00 €	1.100,00 €	0,00 €	1.063,71 €	1.063,71 €	0,00 €	1.063,71 €	1.063,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	96,70%
010114 Subsídio de férias e de Natal	0,00 €	1.720,00 €	0,00 €	1.680,22 €	1.680,22 €	0,00 €	1.680,22 €	1.680,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	97,69%
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	1,51 €	1.750,00 €	0,00 €	1.709,58 €	1.709,58 €	1,51 €	1.705,12 €	1.706,63 €	0,00 €	2,95 €	0,09%	97,44%
010204 Ajudas de custo	0,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
010205 Abono para falhas	1,51 €	950,00 €	0,00 €	930,63 €	930,63 €	1,51 €	926,17 €	927,68 €	0,00 €	2,95 €	0,16%	97,49%
01021302 Outros	0,00 €	790,00 €	0,00 €	778,95 €	778,95 €	0,00 €	778,95 €	778,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	98,60%
D1.3 Segurança social	0,00 €	6.642,00 €	0,00 €	6.568,73 €	6.568,73 €	0,00 €	6.568,73 €	6.568,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	98,90%
010301 Encargos com a saúde	0,00 €	2.900,00 €	0,00 €	2.896,40 €	2.896,40 €	0,00 €	2.896,40 €	2.896,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,88%
010302 Outros encargos com a saúde	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
010303 Subsídio familiar a criança e jovens	0,00 €	500,00 €	0,00 €	453,60 €	453,60 €	0,00 €	453,60 €	453,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	90,72%
0103050201 Caixa Geral de Aposentações	0,00 €	2.900,00 €	0,00 €	2.893,45 €	2.893,45 €	0,00 €	2.893,45 €	2.893,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,77%
010306 Acidentes em serviço e doenças profissionais	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
01030901 Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	0,00 €	340,00 €	0,00 €	325,28 €	325,28 €	0,00 €	325,28 €	325,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	95,67%
D2 Aquisição de bens e serviços	0,00 €	34.435,19 €	0,00 €	29.217,10 €	29.217,10 €	0,00 €	29.217,10 €	29.217,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	84,85%
Subtotal	151,92 €	30.613,00 €	0,00 €	30.320,49 €	30.320,49 €	151,92 €	30.016,21 €	30.168,13 €	0,00 €	152,36 €	0,50%	98,05%



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Demonstração da Execução Orçamental de Despesa
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descartivos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução	
						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
02010201 Gasolina	0,00 €	1.050,00 €	0,00 €	1.026,27 €	1.026,27 €	0,00 €	1.026,27 €	1.026,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	97,74%
02010202 Gasóleo	0,00 €	4.000,00 €	0,00 €	3.585,00 €	3.585,00 €	0,00 €	3.585,00 €	3.585,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	89,63%
02010299 Outros	0,00 €	350,00 €	0,00 €	24,38 €	24,38 €	0,00 €	24,38 €	24,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	6,97%
020103 Munições, explosivos e artifícios	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
020104 Limpeza e higiene	0,00 €	1.800,00 €	0,00 €	1.685,99 €	1.685,99 €	0,00 €	1.685,99 €	1.685,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	93,67%
020105 Alimentação - Refeições confeccionadas	0,00 €	2.825,00 €	0,00 €	2.289,95 €	2.289,95 €	0,00 €	2.289,95 €	2.289,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	81,06%
020107 Vestuário e artigos pessoais	0,00 €	250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
020108 Material de escritório	0,00 €	950,00 €	0,00 €	831,97 €	831,97 €	0,00 €	831,97 €	831,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	87,58%
020115 Prémios, condecorações e ofertas	0,00 €	2.075,00 €	0,00 €	1.953,61 €	1.953,61 €	0,00 €	1.953,61 €	1.953,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	94,15%
020117 Ferramentas e utensílios	0,00 €	1.250,00 €	0,00 €	460,26 €	460,26 €	0,00 €	460,26 €	460,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	36,82%
020119 Artigos honoríficos e de decoração	0,00 €	200,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
020120 Material de educação, cultura e recreio	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
02020101 Água	0,00 €	1.150,00 €	0,00 €	1.127,80 €	1.127,80 €	0,00 €	1.127,80 €	1.127,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	98,07%
02020102 Eletricidade	0,00 €	2.200,00 €	0,00 €	2.001,65 €	2.001,65 €	0,00 €	2.001,65 €	2.001,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	90,98%
02020301 Viaturas	0,00 €	2.000,00 €	0,00 €	1.599,68 €	1.599,68 €	0,00 €	1.599,68 €	1.599,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	79,98%
02020302 Edifícios e outros	0,00 €	5.678,19 €	0,00 €	5.294,38 €	5.294,38 €	0,00 €	5.294,38 €	5.294,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	93,24%
020209 Comunicações	0,00 €	1.250,00 €	0,00 €	1.179,92 €	1.179,92 €	0,00 €	1.179,92 €	1.179,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	94,39%
020210 Transportes	0,00 €	200,00 €	0,00 €	30,00 €	30,00 €	0,00 €	30,00 €	30,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	15,00%
020212 Seguros	0,00 €	1.250,00 €	0,00 €	1.199,96 €	1.199,96 €	0,00 €	1.199,96 €	1.199,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	96,00%
020214 Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0,00 €	3.370,00 €	0,00 €	3.321,00 €	3.321,00 €	0,00 €	3.321,00 €	3.321,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	98,55%
Subtotal	151,92 €	30.613,00 €	0,00 €	30.320,49 €	30.320,49 €	151,92 €	30.016,21 €	30.168,13 €	0,00 €	152,36 €	0,50%	98,05%



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Demonstração da Execução Orçamental de Despesa
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descartivos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução	
						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
020215 Formação	0,00 €	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
020217 Publicidade	0,00 €	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
020218 Vigilância e segurança	0,00 €	350,00 €	0,00 €	254,12 €	254,12 €	0,00 €	254,12 €	254,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	72,61%
020219 Assistência técnica	0,00 €	2.000,00 €	0,00 €	1.288,28 €	1.288,28 €	0,00 €	1.288,28 €	1.288,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	64,41%
020224 Encargos de cobrança de receitas	0,00 €	65,00 €	0,00 €	53,88 €	53,88 €	0,00 €	53,88 €	53,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	82,89%
020225 Outros serviços	0,00 €	20,00 €	0,00 €	9,00 €	9,00 €	0,00 €	9,00 €	9,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	45,00%
D3 Juros e outros encargos	0,00 €	90,00 €	0,00 €	84,00 €	84,00 €	0,00 €	84,00 €	84,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	93,33%
030601 Outros encargos financeiros	0,00 €	90,00 €	0,00 €	84,00 €	84,00 €	0,00 €	84,00 €	84,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	93,33%
D4 Transferências e subsídios correntes	0,00 €	7.110,00 €	0,00 €	7.051,66 €	7.051,66 €	0,00 €	7.051,66 €	7.051,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,18%
D4.1 Transferências correntes	0,00 €	7.110,00 €	0,00 €	7.051,66 €	7.051,66 €	0,00 €	7.051,66 €	7.051,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,18%
D4.1.1 Administrações Públicas	0,00 €	310,00 €	0,00 €	271,66 €	271,66 €	0,00 €	271,66 €	271,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	87,63%
D4.1.1.5 Administrações Públicas	0,00 €	310,00 €	0,00 €	271,66 €	271,66 €	0,00 €	271,66 €	271,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	87,63%
04050105 Associações de freguesias	0,00 €	310,00 €	0,00 €	271,66 €	271,66 €	0,00 €	271,66 €	271,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	87,63%
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	6.800,00 €	0,00 €	6.780,00 €	6.780,00 €	0,00 €	6.780,00 €	6.780,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,71%
04070101 Apoios financeiros	0,00 €	3.300,00 €	0,00 €	3.300,00 €	3.300,00 €	0,00 €	3.300,00 €	3.300,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
04070102 Protocolos de colaboração	0,00 €	3.500,00 €	0,00 €	3.480,00 €	3.480,00 €	0,00 €	3.480,00 €	3.480,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,43%
D5 Outras despesas correntes	0,00 €	132,00 €	0,00 €	6,20 €	6,20 €	0,00 €	6,20 €	6,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	4,70%
0602010199 Outras (Reembolsos Emitidos)	0,00 €	10,00 €	0,00 €	6,20 €	6,20 €	0,00 €	6,20 €	6,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	62,00%
06020102 Restituições de impostos ou taxas cobrados	0,00 €	20,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
0602030101 MÁS cobranças de juros compensatórios	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Subtotal	151,92 €	72.248,19 €	0,00 €	66.673,25 €	66.673,25 €	151,92 €	66.368,97 €	66.520,89 €	0,00 €	152,36 €	0,21%	91,86%



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Demonstração da Execução Orçamental de Despesa
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descartivos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução	
						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
0602030102 MÁS cobranças de juros de mora	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
0602030501 Atividades	0,00 €	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Total Correntes	151,92 €	72.380,19 €	0,00 €	66.679,45 €	66.679,45 €	151,92 €	66.375,17 €	66.527,09 €	0,00 €	152,36 €	0,21%	91,70%
D6 Aquisição de bens de capital	0,00 €	42.536,00 €	0,00 €	27.020,50 €	27.020,50 €	0,00 €	27.020,50 €	27.020,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	63,52%
070101 Terrenos	0,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
07010305 Escolas	0,00 €	500,00 €	0,00 €	61,85 €	61,85 €	0,00 €	61,85 €	61,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	12,37%
07010307 Outros	0,00 €	10.520,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
07010401 Viadutos, arruamentos e obras complementares	0,00 €	7.600,00 €	0,00 €	5.389,05 €	5.389,05 €	0,00 €	5.389,05 €	5.389,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	70,91%
07010404 Iluminação pública	0,00 €	250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
07010405 Parques e jardins	0,00 €	1.000,00 €	0,00 €	885,96 €	885,96 €	0,00 €	885,96 €	885,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	88,60%
07010408 Viação rural	0,00 €	2.000,00 €	0,00 €	1.225,96 €	1.225,96 €	0,00 €	1.225,96 €	1.225,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	61,30%
07010409 Sinalização e trânsito	0,00 €	1.000,00 €	0,00 €	925,71 €	925,71 €	0,00 €	925,71 €	925,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	92,57%
07010412 Cemitérios	0,00 €	9.380,00 €	0,00 €	9.376,01 €	9.376,01 €	0,00 €	9.376,01 €	9.376,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,96%
07010413 Outros	0,00 €	5.225,00 €	0,00 €	5.213,97 €	5.213,97 €	0,00 €	5.213,97 €	5.213,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,79%
070107 Equipamento de informática	0,00 €	550,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
070108 Software informático	0,00 €	250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
070109 Equipamento administrativo	0,00 €	250,00 €	0,00 €	86,44 €	86,44 €	0,00 €	86,44 €	86,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	34,58%
07011002 Outro	0,00 €	3.510,00 €	0,00 €	3.506,55 €	3.506,55 €	0,00 €	3.506,55 €	3.506,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,90%
070111 Ferramentas e utensílios	0,00 €	490,00 €	0,00 €	349,00 €	349,00 €	0,00 €	349,00 €	349,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	71,22%
070115 Outros investimentos	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Subtotal	151,92 €	114.916,19 €	0,00 €	93.699,95 €	93.699,95 €	151,92 €	93.395,67 €	93.547,59 €	0,00 €	152,36 €	0,13%	81,27%



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Demonstração da Execução Orçamental de Despesa
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descartivos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução	
						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
D7 Transferência e subsídios de capital	0,00 €	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
D7.1 Transferências de capital	0,00 €	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
D7.1.2 Transferências de capital	0,00 €	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
080701 Instituições sem fins lucrativos	0,00 €	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
Total Capital	0,00 €	45.536,00 €	0,00 €	30.020,50 €	30.020,50 €	0,00 €	30.020,50 €	30.020,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	65,93%
Total Administração Autárquica	151,92 €	117.916,19 €	0,00 €	96.699,95 €	96.699,95 €	151,92 €	96.395,67 €	96.547,59 €	0,00 €	152,36 €	0,13%	81,75%

Órgão executivo,

Em _____ de _____ de _____

Órgão deliberativo,

Em _____ de _____ de _____

O Contabilista Público,

Em _____ de _____ de _____



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A

2630-528 S. Tiago dos Velhos

**Execução do Plano Plurianual de
Investimentos - 2021
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021**

Objetivo	Projeto	Designação	Rubrica Orçamental		Forma Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Nível de execução financiamento anual	Nível de execução financiamento global
			Orgânica	Económica															
			RG	RP		UE	EMPR												
111	2021/1	Aquisição do terreno do edifício sede	01	070101	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	10,00 €	0,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 %	0,00 %	
111	2021/1	Vedaçao de parque de materiais	01	07010413	A	0,00	0,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	5.225,00 €	0,00 €	5.225,00 €	0,00 €	5.213,97 €	5.213,97 €	99,79 %	99,79 %
111	2021/11	Beneficiação da viação rural	01	07010408	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	2.000,00 €	0,00 €	2.000,00 €	0,00 €	1.225,96 €	1.225,96 €	61,30 %	61,30 %
111	2021/12	Aquisição de toponímia e sinalética diversa	01	07010409	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	1.000,00 €	0,00 €	1.000,00 €	0,00 €	925,71 €	925,71 €	92,57 %	92,57 %
111	2021/13	Manutenção do cemitério	01	07010412	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	9.380,00 €	0,00 €	9.380,00 €	0,00 €	9.376,01 €	9.376,01 €	99,96 %	99,96 %
111	2021/14	Substituição de equipamento informático	01	070107	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	550,00 €	0,00 €	550,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 %	0,00 %
111	2021/15	Substituição de software informático	01	070108	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	250,00 €	0,00 €	250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 %	0,00 %
111	2021/16	Substituição de equipamento administrativo	01	070109	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	250,00 €	0,00 €	250,00 €	0,00 €	86,44 €	86,44 €	34,58 %	34,58 %
111	2021/17	Reparação de viaturas	01	07011002	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	3.510,00 €	0,00 €	3.510,00 €	0,00 €	3.506,55 €	3.506,55 €	99,90 %	99,90 %
111	2021/19	Aquisição de equipamento	01	070111	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	490,00 €	0,00 €	490,00 €	0,00 €	349,00 €	349,00 €	71,22 %	71,22 %
111	2021/2	Manutenção do Centro Escolar de S. Tiago dos Velhos	01	07010305	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	500,00 €	0,00 €	500,00 €	0,00 €	61,85 €	61,85 €	12,37 %	12,37 %
111	2021/20	Outros investimentos	01	070115	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	1,00 €	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 %	0,00 %
111	2021/22	Apoio às obras no Centro de Dia do CSDSTV	01	080701	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	100,00 %	100,00 %
111	2021/29	Manutenção do Moinho de À-do-Mourão	01	07010307	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	9.520,00 €	0,00 €	9.520,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 %	0,00 %
111	2021/30	Recuperação do cruzamento do Lameiro das Antas	01	07010401	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 %	0,00 %
111	2021/31	Colocação de proteções para peões na Travessa do Vale, em Carvalha	01	07010401	E	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	600,00 €	0,00 €	600,00 €	0,00 €	504,10 €	504,10 €	84,02 %	84,02 %
111	2021/32	Requalificação do acesso à Cascata da Contradinha	01	07010401	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	3.500,00 €	0,00 €	3.500,00 €	0,00 €	3.328,75 €	3.328,75 €	95,11 %	95,11 %
111	2021/33	Manutenção do poço e fontanário de Adoseiros	01	07010401	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	3.500,00 €	0,00 €	3.500,00 €	0,00 €	1.556,20 €	1.556,20 €	44,46 %	44,46 %
											Total	43.286,00 €	0,00 €	43.286,00 €	0,00 €	29.134,54 €	29.134,54 €	67,31 %	67,31 %



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

**Execução do Plano Plurianual de
Investimentos - 2021
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021**

Objetivo	Projeto	Designação	Rubrica Orçamental		Forma Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Nível de execução financiamento anual	Nível de execução financiamento global
			Orgânica	Económica						Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano	Total		
			RG	RP		UE	EMPR												
111	2021/5	Reabilitação do antigo edifício sede	01	07010307	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	1.000,00 €	0,00 €	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 %	0,00 %
111	2021/8	Iluminação de locais de utilização da freguesia e jardins	01	07010404	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	250,00 €	0,00 €	250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 %	0,00 %
111	2021/9	Beneficiação do parques e jardins	01	07010405	A	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	1.000,00 €	0,00 €	1.000,00 €	0,00 €	885,96 €	885,96 €	88,60 %	88,60 %
Total Objectivo 111												45.536,00 €	0,00 €	45.536,00 €	0,00 €	30.020,50 €	30.020,50 €	65,93 %	65,93 %
											Total	45.536,00 €	0,00 €	45.536,00 €	0,00 €	30.020,50 €	30.020,50 €	65,93 %	65,93 %

Órgão executivo,

Em _____ de _____ de _____

Órgão deliberativo,

Em _____ de _____ de _____

O Contabilista Público,

Em _____ de _____ de _____



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

**Execução do Plano Plurianual de Atividades -
2021**
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Objetivo	Projeto	Designação	Rubrica Orçamental		Forma Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Nível de execução financiamento anual	Nível de execução financiamento global
			Orgânica	Económica						Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano	Total		
			RG	RP		UE	EMPR												
111	2020/1	Despesas destinadas à aquisição de bens e serviços relativos à proteção da saúde pública, bem como a outras medidas de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19 .	01	020104	A	0,00	0,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	500,00 €	0,00 €	500,00 €	0,00 €	202,66 €	202,66 €	40,53 %	40,53 %
111	2020/2	Despesas destinadas à proteção da saúde pública devido aos efeitos da pandemia da COVID-19	01	04070101	A	0,00	0,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	100,00 €	0,00 €	100,00 €	0,00 €	600,00 €	600,00 €	600,00 %	600,00 %
Total Objectivo 111											Total	600,00 €	0,00 €	600,00 €	0,00 €	802,66 €	802,66 €	133,78 %	133,78 %

Órgão executivo,

Em _____ de _____ de _____

Órgão deliberativo,

Em _____ de _____ de _____

O Contabilista Público,

Em _____ de _____ de _____

Anexos às Demonstrações Orçamentais



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Alterações Orçamentais - Receita
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Tipo	Receita					Previsões Corrigidas	
		Previsões Iniciais		Alterações Orçamentais				
		Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais				
R1 - Receita fiscal	N/A	2.320,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.320,00 €	
R1.1 - Impostos diretos	N/A	2.320,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.320,00 €	
R1.2 - Impostos indiretos	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R2 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	N/A	2.835,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.835,00 €	
R4 - Rendimentos de propriedade	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R5 - Transferências e subsídios correntes	N/A	80.298,00 €	54,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	80.352,00 €	
R5.1 - Transferências correntes	N/A	80.298,00 €	54,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	80.352,00 €	
R5.1.1 - Administrações Públicas	N/A	80.298,00 €	54,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	80.352,00 €	
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	M	45.276,00 €	54,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	45.330,00 €	
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R5.1.1.3 - Segurança Social	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R5.1.1.4 - Administração Regional	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R5.1.1.5 - Administração Local	N/A	35.022,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	35.022,00 €	
R5.1.2 - Exterior - U E	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R5.1.3 - Outras	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Alterações Orçamentais - Receita
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Tipo	Receita					Previsões Corrigidas	
		Alterações Orçamentais						
		Previsões Iniciais	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais			
R5.2 - Subsídios correntes	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R6 - Venda de bens e serviços	N/A	4.600,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.600,00 €	
R7 - Outras receitas correntes	N/A	2.514,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.514,00 €	
R8 - Venda de bens de investimento	N/A	2,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,00 €	
R9 - Transferências e subsídios de capital	N/A	20.038,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.038,00 €	
R9.1 - Transferências de capital	N/A	20.038,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.038,00 €	
R9.1.1 - Administrações Públicas	N/A	20.038,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.038,00 €	
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R9.1.1.3 - Segurança Social	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R9.1.1.4 - Administração Regional	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R9.1.1.5 - Administração Local	N/A	20.038,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.038,00 €	
R9.1.2 - Exterior - U E	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R9.1.3 - Outras	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R10 - Outras receitas de capital	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R11 - Reposição não abatidas aos pagamentos	N/A	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	50,00 €	



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Alterações Orçamentais - Receita
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Tipo	Receita					Previsões Corrigidas	
		Alterações Orçamentais						
		Previsões Iniciais	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais			
R12 - Receita com ativos financeiros	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R13 - Receita com passivos financeiros	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	M	0,00 €	5.205,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.205,19 €	
Total Receita		112.657,00 €	5.259,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	117.916,19 €	

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de _____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de _____

O CONTABILÍSTA PÚBLICO

Em ____ de _____ de _____



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Alterações Orçamentais - Despesa
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Tipo	Despesa					Dotações Corrigidas	
		Dotações Iniciais		Alterações Orçamentais				
		Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais				
D1 - Despesas com o pessoal	N/A	30.863,00 €	300,00 €	550,00 €	0,00 €	30.613,00 €		
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	P	22.321,00 €	100,00 €	200,00 €	0,00 €	22.221,00 €		
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	P	2.000,00 €	0,00 €	250,00 €	0,00 €	1.750,00 €		
D1.3 - Segurança social	P	6.542,00 €	200,00 €	100,00 €	0,00 €	6.642,00 €		
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	32.651,00 €	5.309,19 €	3.525,00 €	0,00 €	34.435,19 €		
D3 - Juros e outros encargos	N/A	90,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	90,00 €		
D4 - Transferências e subsídios correntes	N/A	7.110,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7.110,00 €		
D4.1 - Transferências correntes	N/A	7.110,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7.110,00 €		
D4.1.1 - Administrações Públicas	N/A	310,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	310,00 €		
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
D4.1.1.3 - Segurança Social	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
D4.1.1.4 - Administração Regional	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
D4.1.1.5 - Administração Local	N/A	310,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	310,00 €		
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	N/A	6.800,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6.800,00 €		
D4.1.3 - Famílias	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Alterações Orçamentais - Despesa
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Tipo	Despesa					Dotações Corrigidas	
		Dotações Iniciais		Alterações Orçamentais				
		Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais				
D4.1.4 - Outras	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D4.2 - Subsídios correntes	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D5 - Outras despesas correntes	N/A	132,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	132,00 €	
D6 - Aquisição de bens de capital	P/M	38.811,00 €	15.615,00 €	11.890,00 €	0,00 €	0,00 €	42.536,00 €	
D7 - Transferência e subsídios de capital	N/A	3.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.000,00 €	
D7.1 - Transferências de capital	N/A	3.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.000,00 €	
D7.1.1 - Administrações Públicas	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.1.3 - Segurança Social	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.1.4 - Administração Regional	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.1.5 - Administração Local	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	N/A	3.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.000,00 €	
D7.1.3 - Famílias	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.4 - Outras	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D8 - Outras despesas de capital	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Alterações Orçamentais - Despesa
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Rubrica	Tipo	Despesa				
		Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas	
		Dotações Iniciais	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações		
D9 - Despesa com ativos financeiros	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D10 - Despesa com passivos financeiros	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total Despesa		112.657,00 €	21.224,19 €	15.965,00 €	0,00 €	117.916,19 €

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de _____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de _____

O CONTABILÍSTA PÚBLICO

Em ____ de _____ de _____



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

**Modificações Plano Plurianual de Investimentos
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021**

Objetivo	Projeto	Designação	Rubrica Orçamental		Forma Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
			Orgânica	Económica								2021	2022	2023	2024	2025	Outros		
			RG	RP		UE	EMPR	Início	Fim	Dot. Inicial	Dot. Corrigida	2021	2022	2023	2024	2025	Outros		
111	2021/5	Reabilitação do antigo edifício sede	01	07010307		0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	2.250,00 €	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1.250,00 €	
111	2021/8	Iluminação de locais de utilização da freguesia e jardins	01	07010404		0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	500,00 €	250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-250,00 €	
111	2021/9	Beneficiação do parques e jardins	01	07010405		0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	1.000,00 €	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
											Total	41.811,00 €	45.536,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.725,00 €	

Órgão executivo,

Em _____ de _____ de _____

Órgão deliberativo,

Em _____ de _____ de _____

O Contabilista Público,

Em _____ de _____ de _____



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Operações de Tesouraria
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Classificação	TERC	Designação	Saldo da Gerência Anterior		Movimento		Saldo para a Gerência Seguinte	
			Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
17		Operações extra-orçamentais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1701		Operações de tesouraria - Receitas do Estado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
170101		IRS - Categoria A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
170102		Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
170103		Caixa Geral de Aposentações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
170104		Sindicato	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
170105		ADSE	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
170106		IRS - Categoria B	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1702		Outras operações de tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

**Situação dos Contratos
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021**

Órgão executivo,

Em _____ de _____ de _____

Órgão deliberativo,

Em _____ de _____ de _____

O Contabilista Público,

Em _____ de _____ de _____



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Adjudicações por tipo de Procedimento
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Tipo de Contrato	Adjudicações por tipo de Procedimento													Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Consulta prévia		Parceria para a inovação		
	Número de contratos	Preço contratual	Número de contratos	Preço contratual	Número de contratos	Preço contratual	Número de contratos	Preço contratual	Número de contratos	Preço contratual	Número de contratos	Preço contratual	Número de contratos	Preço contratual	
Empreitada de obras públicas	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	7	9.956,21€	0	0,00€	0	0,00€	7 9.956,21€
Aquisição de serviços	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	69	26.801,93€	0	0,00€	0	0,00€	69 26.801,93€
Locação ou aquisição de bens móveis	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	81	20.409,43€	0	0,00€	0	0,00€	81 20.409,43€
Concessão de obras públicas	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0 0,00€
Concessão de serviços públicos	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0 0,00€
Sociedade	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0 0,00€
Outros	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	0	0,00€	1	84,00€	0	0,00€	0	0,00€	1 84,00€

Órgão executivo,

Em _____ de _____ de _____

Órgão deliberativo,

Em _____ de _____ de _____

O Contabilista Público,

Em _____ de _____ de _____



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Transferências e Subsídios Concedidos
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Transferências Correntes

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
040501 - Continente	Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Quotização	502176482 - ANAFRE	271,66€	271,66€	271,66€	0,00€	0,00€	
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Apoio financeiro para a manutenção das instalações	500795568 - SOCIEDADE RECREATIVA DE À-DO-MOURÃO	500,00€	500,00€	500,00€	0,00€	0,00€	
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Cab+Comp+Obg+P ag - Comp Nº134	501904689 - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DA CARVALHA	500,00€	500,00€	500,00€	0,00€	0,00€	
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Apoio financeiro para a aquisição de material diverso para proteção ao COVID-19	501137092 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ARRUDA DOS VINHOS	600,00€	600,00€	600,00€	0,00€	0,00€	
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Apoio financeiro para a manutenção das instalações e obra de construção de muro de	500800707 - Sociedade Recreativa Desportiva e Cultural de Adoseiros	700,00€	700,00€	700,00€	0,00€	0,00€	
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Apoio financeiro para a realização dos festejos em honra do Apóstolo São Tiago Maior	501236953 - Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Tiago dos Velhos	500,00€	500,00€	500,00€	0,00€	0,00€	



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Transferências e Subsídios Concedidos
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Transferências Correntes

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Apoio financeiro para a realização de atividades e obras de beneficiação nas	500870683 - Santiago Futebol Clube	500,00€	500,00€	500,00€	0,00€		0,00€
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - 1.º TRIMESTRE	500795568 - SOCIEDADE RECREATIVA DE À-DO-MOURÃO	870,00€	870,00€	870,00€	0,00€		0,00€
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - 1.º TRIMESTRE	505034166 - CENTRO SOCIAL DESENVOLVIMENTO S. TIAGO VELHOS	1.740,00€	1.740,00€	1.740,00€	0,00€		0,00€
040701 - Instituições sem fins lucrativos	Alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - 1.º TRIMESTRE	501904689 - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DA CARVALHA	870,00€	870,00€	870,00€	0,00€		0,00€
Total Transferências Correntes				7.051,66€	7.051,66€	7.051,66€	0,00€		0,00€



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Transferências e Subsídios Concedidos
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Transferências Capital

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
080701 - Instituições sem fins lucrativos	Alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Apoio financeiro para continuidade das obras no Edifício Sede/Centro de Dia	505034166 - CENTRO SOCIAL DESENVOLVIMENTO S. TIAGO VELHOS	3.000,00€	3.000,00€	3.000,00€	0,00€		0,00€
Total Transferências Capital				3.000,00€	3.000,00€	3.000,00€	0,00€		0,00€

Subsídios

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
Sem Registos									



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Transferências e Subsídios Concedidos
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de _____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de _____

O CONTABILÍSTA PÚBLICO

Em ____ de _____ de _____



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Transferências e Subsídios Recebidos
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Transferências Correntes

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
060301 - Estado	Artigo 36.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	1.ª Transferência do F.F.F.	600035972 - DGAL	38.740,00€	38.740,00€	0,00€	0,00€	
060301 - Estado	Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Financiamento de barreira acrílica de proteção (Espaço)	600035972 - DGAL	54,00€	54,00€	0,00€	0,00€	
060301 - Estado	Artigo 36.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	1.ª Transferência do excedente do	600035972 - DGAL	6.536,00€	6.536,00€	0,00€	0,00€	
060501 - Continente	Artigo 132.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Transferência Corrente - janeiro (Contrato)	505307685 - MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS	22.554,68€	22.554,68€	0,00€	0,00€	
060501 - Continente	Artigo 132.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Transferência Corrente - julho (Contrato)	505307685 - Município de Arruda dos Vinhos	8.457,99€	8.457,99€	0,00€	0,00€	
060501 - Continente	Artigo 131.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Transferência Corrente - dezembro (Contrato)	505307685 - Município de Arruda dos Vinhos	2.819,33€	2.819,33€	0,00€	0,00€	
060501 - Continente	Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Verbas referentes a processo eleitoral - Assembleia da	505307685 - MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS	154,81€	154,81€	0,00€	0,00€	
060501 - Continente	Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Verbas referentes a recenseamento e processo eleitoral -	505307685 - MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS	259,65€	259,65€	0,00€	0,00€	
Total Transferências Correntes				79.576,46€	79.576,46€	0,00€	0,00€	



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Transferências e Subsídios Recebidos
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Transferências Capital

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
100501 - Continente	Artigo 132.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Transferência de Capital - janeiro (Contrato)	505307685 - MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS	15.028,51€	15.028,51€	0,00€		0,00€
100501 - Continente	Artigo 132.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Transferência de Capital - agosto (Contrato)	505307685 - Município de Arruda dos Vinhos	3.339,66€	3.339,66€	0,00€		0,00€
100501 - Continente	Artigo 131.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Transferência de Capital - dezembro (Contrato Interadministrativo)	505307685 - Município de Arruda dos Vinhos	1.669,83€	1.669,83€	0,00€		0,00€
Total Transferências Capital				20.038,00€	20.038,00€	0,00€		0,00€

Subsídios

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
Sem Registos								



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Transferências e Subsídios Recebidos
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de _____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de _____

O CONTABILÍSTA PÚBLICO

Em ____ de _____ de _____

Outras Divulgações



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Retenções
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021

Classificação	Designação	Saldo da Gerência Anterior		Movimento		Saldo para a Gerência Seguinte	
		Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
17	Operações extra-orçamentais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1701	Operações de tesouraria - Receitas do Estado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
170101	IRS - Categoria A	0,00 €	58,00 €	825,00 €	825,00 €	0,00 €	58,00 €
170102	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
170103	Caixa Geral de Aposentações	0,00 €	93,92 €	1.340,04 €	1.340,48 €	0,00 €	94,36 €
170104	Sindicato	0,00 €	0,00 €	100,80 €	100,80 €	0,00 €	0,00 €
170105	ADSE	0,00 €	0,00 €	411,60 €	411,60 €	0,00 €	0,00 €
170106	IRS - Categoria B	0,00 €	0,00 €	249,72 €	249,72 €	0,00 €	0,00 €
1702	Outras operações de tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		0,00 €	151,92 €	2.927,16 €	2.927,60 €	0,00 €	152,36 €



FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

507091043

Rua de S. Tiago, 46 A
2630-528 S. Tiago dos Velhos

Resumo Diário da Tesouraria
DE 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021
2021

Referência aos Registos	Saldo do dia Anterior	Entrada	Soma	Saída	Saldo para o dia seguinte
CAIXA					
Numerário	14,97 €	5.086,73 €	5.101,70 €	4.922,91 €	178,79 €
Cheques e vales postais	0,00 €	16,29 €	16,29 €	16,29 €	0,00 €
Fundos de maneio	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
SUBTOTAL DE CAIXA	14,97 €	5.103,02 €	5.117,99 €	4.939,20 €	178,79 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS					
C.G.D. -	4.983,17 €	102.525,53 €	107.508,70 €	91.624,68 €	15.884,02 €
Crédito Agrícola -	207,05 €	16,29 €	223,34 €	0,00 €	223,34 €
SUBTOTAL BANCÁRIO	5.190,22 €	102.541,82 €	107.732,04 €	91.624,68 €	16.107,36 €
TOTAL DISPONIBILIDADES	5.205,19 €	107.644,84 €	112.850,03 €	96.563,88 €	16.286,15 €
Documentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL MOV DE TESOURARIA	5.205,19 €	107.644,84 €	112.850,03 €	96.563,88 €	16.286,15 €
OPERAÇÕES					
Operações Orçamentais	5.205,19 €	107.628,55 €	112.833,74 €	96.547,59 €	16.286,15 €
Operações de Tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Operações Bancárias (Transf./Lev./Dep. entre Caixas/Bancos)	0,00 €	16,29 €	16,29 €	16,29 €	0,00 €
TOTAL OPERAÇÕES	5.205,19 €	107.644,84 €	112.850,03 €	96.563,88 €	16.286,15 €
RETENÇÕES POR OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	151,92 €	2.927,60 €	3.079,52 €	2.927,16 €	152,36 €

Confirmo

Conferi

Visto

O Tesoureiro

O Responsável da Contabilidade

O Presidente



Outros Documentos

Exercício de 2021



Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato

JUNTA DE FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade	Morada
Hélio António Zacarias Vicente	Presidente	01-01-2021 a 31-12-2021	
Filipe Manuel Pedro Bento	Secretário	01-01-2021 a 31-12-2021	
Maria do Rosário dos Santos Ferreira	Tesoureira	01-01-2021 a 12-10-2021	
Tânia Raquel Gonçalves Martins	Tesoureira	12-10-2021 a 31-12-2021	



Responsáveis pelas demonstrações orçamentais - SNCAP

JUNTA DE FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021

Responsabilidade pelas demonstrações orçamentais (cfr. parágrafo 44 da NCP 26)	Nome	Cargo / Órgão
Elaboração	Nuno Rocha	Contabilista Certificado
Apresentação	Hélio António Zacarias Vicente	Presidente do Executivo
Aprovação	Freguesia	Executivo



SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

JUNTA DE FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021

Depósito	Banco	Número da conta	Saldo certificado pela instituição	Operações em trânsito		Saldo contabilístico
				A adicionar	A subtrair	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) =(4) + (5) - (6)
Equivalentes de caixa						
DO	Crédito Agrícola		223,34			223,34
DO	CGD		16 861,84		977,82	15 884,02
Total de equivalentes de caixa						16 107,36
Caixa						178,79
Total de Caixa e equivalentes de caixa						16 286,15
Outros depósitos						
Total de outros depósitos						



RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

JUNTA DE FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021

Designação da entidade **JUNTA DE FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS**

Período de relato **2021**

Banco: Crédito Agrícola
Rec. Banc. referente a **31/12/2021**

1. Saldo do extrato bancário a) 223,34 €			
2. Cheques em trânsito			
Nº	Data	Descrição	Valor
			Parcial Total
Total			0,00 €
3. Depósitos em trânsito			
Nº	Data	Descrição	Valor
			Parcial Total
Total			0,00 €
4. Outras operações a adicionar			
Nº	Data	Natureza da operação	Valor
			Parcial Total
Total			0,00 €
5. Outras operações a subtrair			
Nº	Data	Natureza da operação	Valor
			Parcial Total
Total			0,00 €
6. Total (valor reconciliado) (6=1-2+3+4-5)		223,34 €	
7. Saldo contabilístico 223,34 €			

Este mapa destina-se a apresentar a listagem dos cheques em trânsito, bem como de outros movimentos justificativos das divergências eventualmente existentes entre os saldos bancários e os saldos contabilísticos, por instituição bancária.

A verificar-se diferença entre o ponto nº. 6 - "Total (valor reconciliado)" e o ponto nº. 7 - "Saldo contabilístico" deverá a mesma ser justificada pormenorizadamente.

Este anexo poderá ser substituído por outro documento, nomeadamente por modelos informatizados, desde que forneçam o essencial da informação solicitada.

a) Devidamente certificado pela instituição de crédito

Preparado por

Data

Aprovado por

Data

____ / ____ / ____

____ / ____ / ____



RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

JUNTA DE FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS

Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021

Designação da entidade	JUNTA DE FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS
------------------------	---

Período de relato	2021
-------------------	------

Banco:	CGD
Rec. Banc. referente a	31/12/2021

1. Saldo do extrato bancário a)			16 861,84 €
2. Cheques em trânsito			
Nº	Data	Descrição	Valor
			Parcial Total
Total			0,00 €
3. Depósitos em trânsito			
Nº	Data	Descrição	Valor
			Parcial Total
Total			0,00 €
4. Outras operações a adicionar			
Nº	Data	Natureza da operação	Valor
			Parcial Total
Total			0,00 €
5. Outras operações a subtrair			
Nº	Data	Natureza da operação	Valor
			Parcial Total
	31/12/2021	Localgest Dezembro	215,25
	31/12/2021	9 senhas membros Assembleia de Freguesia	467,37
	31/12/2021	Fatura Aldino Silva	295,20
Total			977,82 €
6. Total (valor reconciliado) (6=1-2+3+4-5)			15 884,02 €
7. Saldo contabilístico			15 884,02 €

Este mapa destina-se a apresentar a listagem dos cheques em trânsito, bem como de outros movimentos justificativos das divergências eventualmente existentes entre os saldos bancários e os saldos contabilísticos, por instituição bancária.

A verificar-se diferença entre o ponto nº. 6 - "Total (valor reconciliado)" e o ponto nº. 7 - "Saldo contabilístico" deverá a mesma ser justificada pormenorizadamente.

Este anexo poderá ser substituído por outro documento, nomeadamente por modelos informatizados, desde que forneçam o essencial da informação solicitada.

a) Devidamente certificado pela instituição de crédito

Preparado por

Data

Aprovado por

Data

____ / ____ / ____

____ / ____ / ____



Norma de Controlo Interno

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	9
Artigo 1º - Implementação da Norma de Controlo Interno (NCI).....	9
Artigo 2º - Âmbito, acompanhamento e revisão	9
Artigo 3º - Objetivos	10
Artigo 4º - Áreas de incidência.....	10
CAPÍTULO II – DOCUMENTOS, CORRESPONDÊNCIA E APLICAÇÕES INFORMÁTICAS.....	10
SECÇÃO I – Documentos e Correspondência Oficiais	10
Artigo 5º - Tipos de Documentos Oficiais	10
Artigo 6º - Correspondência Expedida.....	11
Artigo 7º - Correspondência Recebida.....	11
SECÇÃO II– Atas e Regulamentos.....	11
Artigo 8º - Atas de Reuniões ou Sessões	11
Artigo 9º – Formalização de regulamentos	12
Artigo 10º– Elaboração de regulamentos.....	12
SECÇÃO III – Organização e Arquivo de Processos	12
Artigo 11º - Organização e Arquivo de Processos	12
Artigo 12º - Suportes de comunicação administrativa	13
SECÇÃO IV – Gestão de Aplicações informáticas.....	13
Artigo 13º – Gestão e controlo das aplicações e ambientes informáticos.....	13
Artigo 14º - Correio eletrónico.....	14
CAPÍTULO III – ÁREA DO ATENDIMENTO	14
Artigo 15º – Gestão do Atendimento	14
CAPÍTULO IV – ORGANIZAÇÃO CONTABILISTICA, ORÇAMENTAL, FINANCEIRA E DE GESTÃO	14
Artigo 16º – Gestão financeira e orçamental	14
Artigo 17º – Organização do sistema contabilístico.....	15
Artigo 18º – Sistema contabilístico	15
Artigo 19º – Princípios e regras fundamentais.....	15
Artigo 20º – Criação e manutenção de planos de contas	17
Artigo 21º – Documentos de suporte ao registo contabilístico.....	17
Artigo 22º – Arquivo dos Documentos de suporte	18
CAPÍTULO V – DOCUMENTOS PREVISIONAIS	18
SECÇÃO I – Disposições Gerais	18
Artigo 23º – Documentos Previsionais	18
Artigo 24º – Orçamento e Plano Plurianual	18
SECÇÃO II – Elaboração e aprovação	19



Artigo 25.º – Preparação	19
Artigo 26.º – Aprovação	19
Artigo 27.º – Atraso na aprovação dos documentos previsionais.....	19
Artigo 28.º – Modificações aos documentos previsionais	20
CAPÍTULO VI – REPORTES DE INFORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	21
Artigo 29.º – Documentos de prestação de contas.....	21
Artigo 30.º – Deveres de informação e publicidade.....	22
CAPÍTULO VII – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E ENDIVIDAMENTO.....	22
Artigo 31.º – Contratação de empréstimos	22
Artigo 32.º – Limite de endividamento.....	23
CAPÍTULO VIII – DISPONIBILIDADE	23
SECÇÃO I – Fundos de Caixa	23
Artigo 33.º – Utilização.....	23
Artigo 34.º – Numerário existente em caixa	23
Artigo 35.º – Entrega	24
Artigo 36.º – Reposição	24
Artigo 37.º – Contagem de caixa.....	24
Artigo 38.º – Responsabilidade	25
SECÇÃO II – Fundos de Maneio	25
Artigo 39.º – Fundos de Maneio	25
Artigo 40.º – Constituição	25
Artigo 41.º – Entrega	25
Artigo 42.º- Cartões de débito e crédito.....	26
Artigo 43.º – Reconstituição.....	26
Artigo 44.º – Reposição	26
SECÇÃO III – Contas Bancárias	26
Artigo 45.º – Abertura e movimento das contas bancárias	26
Artigo 46.º – Emissão e guarda de cheques.....	26
Artigo 47.º- Reconciliações bancárias.....	27
CAPÍTULO IX – RECEITA	27
SECÇÃO I – Disposições Gerais	27
Artigo 48.º – Âmbito de Aplicação.....	27
Artigo 49.º – Ciclo e Elegibilidade da Receita	27
Artigo 50.º – Emissão, cobrança e arrecadação da receita	28
Artigo 51.º – Formas de Recebimento	28
Artigo 52.º – Anulação e Restituição de Receita	28
SECÇÃO II – Postos de Cobrança	29
Artigo 53.º – Postos de cobrança	29

Artigo 54.º – Cobrança de receita	29
CAPÍTULO X – Despesa	29
SECÇÃO I – Disposições Gerais	29
Artigo 55.º – Regras para a realização da despesa.....	29
Artigo 56.º – Documentos de suporte à despesa	30
SECÇÃO II – Processo de Compras e controlo de receção	30
Artigo 57.º – Regras para a realização da despesa.....	30
Artigo 58.º – Normas Gerais.....	30
Artigo 59.º – Pedido de Serviços e/ou bens	31
SECÇÃO III – Tramitação dos documentos de despesa e pagamentos	31
Artigo 60.º – Conferência de faturas	31
Artigo 61.º – Pagamentos	31
Artigo 62.º – Meios de Pagamento	32
SECÇÃO IV – Contratação Pública	32
Artigo 63.º – Processo de Aquisição de bens ou serviços	32
Artigo 64º - Execução de Empreitadas.....	33
Artigo 65.º – Princípios e Boas Práticas	33
CAPÍTULO XI – Inventário de Património	34
SECÇÃO I – Processo de inventariação e Cadastro	34
Artigo 66.º – Âmbito de Aplicação.....	34
Artigo 67.º– Fases de inventário	34
Artigo 68.º – Regras Gerais de Inventariação.....	34
Artigo 69.º –Suportes Documentais	35
Artigo 70.º – Procedimentos de controlo	35
SECÇÃO II – Furtos, roubos, incêndios e extravios	35
Artigo 71.º – Furtos, roubos e incêndios	35
Artigo 72.º – Extravios	36
Artigo 73.º – Seguros	36
CAPÍTULO XII – RECURSOS HUMANOS	36
Artigo 74.º – Pessoal.....	36
Artigo 75.º – Processo Individual.....	36
Artigo 77.º – Controlo da Assiduidade	37
Artigo 78.º – Controlo do Período de Férias.....	37
Artigo 79.º – Trabalho Extraordinário	37
Artigo 80.º – Processamento de Remunerações	38
Artigo 81.º – Acumulação de funções e atividades.....	38
Artigo 82.º – Avaliação de Desempenho	38
CAPÍTULO XIII – Apoios recebidos e concedidos	39



SECÇÃO I – Apoios Recebidos.....	39
Artigo 83.º – Candidaturas e Contratos.....	39
SECÇÃO II – Apoios Concedidos	39
Artigo 84.º – Formalização do pedido de apoio	39
Artigo 85.º – Efetivação do Apoio.....	39
CAPÍTULO XIV - DISPOSIÇÕES FINAIS	40
Artigo 86.º - Violação das Normas de Controlo Interno	40
Artigo 87.º - Dúvidas e omissões	40
Artigo 89º - Norma revogatória	40
Artigo 90º - Entrada em vigor	40

Assinatura

LISTA DE SIGLAS

- CC2 – Classificador Complementar 2
CGA – Caixa Geral de Aposentações
CNC - Comissão de Normalização Contabilística
DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais
DGO - Direção-Geral do Orçamento
FC – Fundo de Caixa
FM – Fundo de Maneio
FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias
LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LEO – Lei de Enquadramento Orçamental
LOPTC – Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
NCI – Norma de Controlo Interno
NCP – Norma de Contabilidade Pública
OP – Ordem de Pagamento
POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
RGPD - Regime Geral de Proteção de Dados
RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas



PREÂMBULO

A elaboração de uma Norma de Controlo Interno, com o objetivo de definir medidas de ação, conducentes à adoção e salvaguarda da informação relevada pela nova contabilidade, requer o estabelecimento de um conjunto de técnicas que apoiem a diminuição dos riscos inerentes à alteração das informações contabilísticas e potenciem o controlo das operações executadas pela Freguesia de S. Tiago dos Velhos.

Nestes termos, a presente Norma procede à definição de procedimentos que, de forma clara e objetiva, terão incidência na adoção de metodologias de gestão capazes de assegurar:

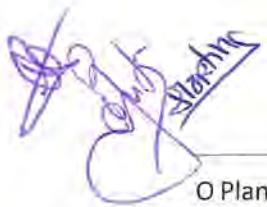
- ❖ O desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente;
- ❖ A salvaguarda dos ativos;
- ❖ A prevenção e deteção das situações de ilegalidade, fraude e erro;
- ❖ A exatidão e integridade dos registos contabilísticos;
- ❖ A preparação de informação financeira fiável.

A Norma de Controlo Interno apresenta-se como necessária ao funcionamento e organização regular da Freguesia, uma vez que estabelece a utilização dos métodos e sistemas de controlo indispensáveis à integração dos seguintes princípios básicos que lhe dão consistência:

- a) A segregação de funções;
- b) O controlo das operações;
- c) A definição de autoridade e responsabilidade;
- d) O registo metódico dos factos.

A presente Norma conjuga-se e complementa-se ainda com as normas orçamentais e as de cadastro e inventário que fundamentam a implementação do novo regime contabilístico, o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas) consubstanciando assim a reforma da administração financeira e das contas públicas.

Nestes termos, a presente Norma pretende ser um instrumento eficaz de apoio à gestão da Freguesia, pelo que as regras e procedimentos instituídos são de cumprimento obrigatório para todos os intervenientes nos respetivos processos.



O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), documento que consubstanciou a reforma da administração financeira e das contas públicas no sector da Administração Autárquica, foi aprovado pelo DL nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e posteriormente alterado pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, pelo DL nº 315/2000 de 2 de dezembro e pelo DL nº 84-A/2002 de 5 de Abril, visou objetivamente a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, numa contabilidade pública moderna, como instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais.

Uma das suas inovações foi a introdução da figura do *sistema de controlo interno*, o qual engloba, designadamente, o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, assim como a preparação oportuna de informação financeira fiável.

Apesar de o POCAL ser revogado com a entrada em vigor do DL nº 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP), mantém-se, porém, em vigor, o ponto 2.9 relativo ao Sistema de Controlo Interno, que prevê a obrigatoriedade de dispor de uma norma de controlo interno adequada às atividades da autarquia local, assegurando o seu acompanhamento e avaliação permanente.

Nestes termos, e depois de um profundo trabalho de diagnóstico e de elaboração dos ajustamentos necessários, a Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos de acordo com o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 16º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, elaborou a presente Norma de Controlo Interno, que entra em vigor no dia seguinte à data de aprovação pelo órgão executivo da autarquia.



CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - Implementação da Norma de Controlo Interno (NCI)

1. Nos termos da lei compete ao Presidente da Junta de Freguesia submeter a Norma de Controlo Interno (NCI) à aprovação da Junta de Freguesia (art. 18.º da Lei 75/2013) e a este órgão elaborar e aprovar a mesma (art. 16.º da Lei 75/2013).
2. Nos termos do ponto 2.9 do Plano de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o órgão executivo aprova e mantém em funcionamento o sistema de controlo interno adequado às atividades da autarquia local, assegurando o seu acompanhamento e avaliação permanente.

Artigo 2º - Âmbito, acompanhamento e revisão

1. A presente Norma é aplicável a todos os Serviços da Freguesia e abrange e vincula todos os titulares de órgãos, funcionários, agentes e demais colaboradores da Freguesia de S. Tiago dos Velhos.
2. Compete à Junta de Freguesia e a cada um dos seus membros, zelar pelo cumprimento dos procedimentos constantes da presente Norma.
3. Compete ainda aos membros da Junta de Freguesia o acompanhamento da colocação em funcionamento e execução das normas e procedimentos de controlo, devendo igualmente promover a recolha de sugestões, propostas e contributos tendo em vista a avaliação, revisão e permanente adequação dessas mesmas normas e procedimentos à realidade da Freguesia, sempre na ótica da otimização da função controlo interno para melhorar a eficácia, a eficiência e a economia da gestão da Freguesia.
4. Compete ao membro da Junta de Freguesia com a função de Tesoureiro, sob coordenação do Presidente da Junta, no âmbito do acompanhamento da NCI, a recolha de sugestões, de propostas e de contributos, tendo em vista a sua apreciação para integrarem eventual revisão da norma.
5. Os elementos recolhidos sustentarão a proposta de revisão e atualização da NCI que o Tesoureiro apresentará à apreciação do Presidente da Junta que, se assim o entender, a submeterá à apreciação do Órgão Executivo.
6. Esta recolha de sugestões ocorrerá pelo menos uma vez em cada quatro anos, salvo se circunstâncias excepcionais vierem a aconselhar um período de tempo inferior.



Artigo 3º - Objetivos

A NCI, enquanto regulamento de eficácia interna, estabelece os procedimentos e processos de controlo interno ajustados à realidade da Freguesia com vista a assegurar o cumprimento dos seguintes objetivos:

1. A salvaguarda do património;
2. A aprovação e o controlo dos documentos;
3. A prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro;
4. A exatidão e integridade dos registos contabilísticos, bem como a garantia da fiabilidade da informação produzida;
5. A adequada utilização dos fundos e o cumprimento dos limites legais à assunção de encargos;
6. A preparação de informação administrativa e financeira fiável e em tempo oportuno;
7. O desenvolvimento das atividades de forma ordenada, eficaz, eficiente e económica;
8. O cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respetivos titulares;
9. O controlo das aplicações e do ambiente informático;
10. A transparência e a concorrência na contratação pública.

Artigo 4º - Áreas de incidência

Para além das áreas constantes do POCAL, acrescem ainda outras onde a norma de controlo interno tem de ser atuante por forma a acautelar a melhor utilização dos recursos disponíveis ou para diminuir a probabilidade da existência de ilegalidades, fraudes e erros que, a ocorrerem, poderão ter reflexos na esfera patrimonial e financeira.

CAPÍTULO II – DOCUMENTOS, CORRESPONDÊNCIA E APLICAÇÕES INFORMÁTICAS

SECÇÃO I – Documentos e Correspondência Oficiais

Artigo 5º - Tipos de Documentos Oficiais

1. Documentos são os suportes dos atos e formalidades integrantes dos procedimentos.
2. Os documentos são preferencialmente em formato eletrónico devendo ser digitalizados sempre que sejam produzidos ou recebidos noutro formato e tal seja possível.
3. São documentos oficiais:
 - a) Regulamentos de eficácia externa e interna;
 - b) Atas das reuniões da Junta de Freguesia e das sessões da Assembleia de Freguesia;



- c) Documentos previsionais: Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, outros documentos obrigatórios pelo referencial contabilístico;
- d) Demonstrações de relato orçamental da Freguesia;
- e) Despachos do Presidente e vogais da Junta de Freguesia;
- f) Editais e Avisos;
- g) Comunicações internas do Presidente da Junta de Freguesia;
- h) Ordens de Serviço;
- i) Guias de Receita;
- j) Requisições internas e externas;
- k) Folha de registo de Fundo de Maneio;
- l) Todos os demais documentos contabilísticos obrigatórios no âmbito do SNC-AP;
- m) Documentos inerentes aos processos de contratação pública (programa de concursos, caderno de encargos, relatórios preliminar e final, etc.);
- n) Documentos dos processos de procedimentos concursais de recrutamento de pessoal;
- o) Correspondência recebida e expedida.

Artigo 6º - Correspondência Expedida

1. Os documentos a expedir devem conter um número de saída e, se possível, serem digitalizados.
2. A correspondência a ser expedida via postal é da responsabilidade da Secretaria.

Artigo 7º - Correspondência Recebida

Toda a correspondência recebida é obrigatoriamente registada com aposição de um carimbo do qual constarão número e a data de entrada, e, se possível, deverá ser digitalizada.

SECÇÃO II – Atas e Regulamentos

Artigo 8º - Atas de Reuniões ou Sessões

1. Ata é o resumo do que de essencial se passou na reunião ou sessão, indicando, designadamente a data e o local, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as deliberações e decisões tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações, e ainda, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.
2. As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das sessões ou reuniões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.



3. Nos casos em que o órgão assim o delibere, a ata é aprovada em minuta, logo na reunião a que diga respeito, devendo ser depois transcrita com maior concretização e ser submetida a aprovação na reunião ou sessão seguinte.
4. As atas só produzem efeitos depois de aprovadas pelo respetivo órgão.
5. As deliberações constantes das atas aprovadas em minuta na sessão ou reunião a que diga respeito, produzem eficácia imediata.

Artigo 9.º – Formalização de regulamentos

Na formalização de regulamentos de eficácia externa deverá cumprir-se os pressupostos previstos no Código de Procedimento Administrativo (CPA), sem prejuízo de demais normativos gerais e especiais aplicáveis, em razão da matéria e do quadro de competências associadas.

Artigo 10.º – Elaboração de regulamentos

1. A elaboração, alteração ou revisão dos regulamentos da Freguesia é preparada pelo órgão executivo da Freguesia.
2. Os regulamentos devem conter, entre outros elementos, referência expressa às normas habilitantes para regulamentar e competências para a sua emissão e aprovação pela Junta de Freguesia ou Assembleia de Freguesia.
3. As versões dos regulamentos a publicar devem conter registos das datas em que foram aprovados pelos órgãos respetivos, bem como da publicação em Diário da República, se aplicável, e a data de entrada em vigor.

SECÇÃO III – Organização e Arquivo de Processos

Artigo 11.º - Organização e Arquivo de Processos

1. Os processos administrativos e os dossieres técnicos em suporte papel, ou outro não eletrónico, devem ser organizados por cada serviço por temas e assuntos específicos, facilmente identificáveis, pelo que a capa deverá mencionar no mínimo, os seguintes elementos:
 - a) Freguesia de S. Tiago dos Velhos
 - b) Designação do Serviço
 - c) Número de processo ou ano
 - d) Designação do tema ou assunto que contém



2. Compete a cada Serviço organizar os respetivos processos devendo arquivar e arrumar os processos de forma adequada, e tendo em conta as regras definidas no âmbito do Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD).
3. Os trabalhadores da Freguesia, no âmbito dos seus deveres de zelo, devem ter o máximo cuidado na arrumação dos processos ou dossiês, e cumprir o Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais, designadamente, quanto ao prazo de conservação e destruição dos documentos.

Artigo 12.º - Suportes de comunicação administrativa

1. Os suportes de comunicação administrativa escrita, de natureza externa ou interna, devem identificar sempre os trabalhadores e / ou os titulares dos órgãos subscritores das mesmas e em que qualidade o fazem, opondo a assinatura ou rubrica.
2. Quando nas comunicações dirigidas aos cidadãos se faça referência a disposições de carácter normativo, é obrigatório transcrever a parte relevante, ou anexar a norma.
3. Na redação de documentos (formulários, ofícios, minutas de requerimentos, avisos, convocatórias, certidões, declarações), e em especial na comunicação com os cidadãos, deve usar-se linguagem simples, clara, concisa e objetiva.
4. As minutas e os modelos de requerimentos disponibilizados aos cidadãos devem respeitar os princípios e orientações de normalização e devem conter instruções de preenchimento simples e suficientes.

SECÇÃO IV – Gestão de Aplicações informáticas

Artigo 13.º – Gestão e controlo das aplicações e ambientes informáticos

1. O desenvolvimento e implementação de medidas necessárias à segurança e confidencialidade da informação processada e armazenada informaticamente são assegurados pela empresa especializada em informática, que gere os acessos e permissões dos utilizadores de acordo com os perfis adequados às funções desempenhadas.
2. A empresa especializada em informática é responsável pela realização de cópias de segurança e pela criação de pastas partilhadas.
3. Os sistemas de proteção antivírus, anti-spam, firewall, e outros, são responsabilidade de empresa especializada em informática.
4. Sempre que algum equipamento ou aplicação ficar obsoleto, avariar, alterar a localização ou for cedido a outra entidade, o técnico de informática externo terá de informar a Secretaria com vista ao abate ou alteração de localização na ficha de cadastro do bem.



-
5. A Secretaria deve ter uma lista de controlo de todos os equipamentos informáticos e aplicações informáticas existentes na Freguesia, e sua localização.

Artigo 14.º - Correio eletrónico

1. Nenhum trabalhador deve usar o sistema de correio eletrónico desde que essa utilização possa ser prejudicial para a imagem da Freguesia.
2. O uso pessoal e ocasional de correio eletrónico é permitido, devendo as mensagens pessoais ser tratadas com a mesma ética das mensagens oficiais.
3. O utilizador que se ligou a um computador é considerado o autor de qualquer mensagem enviada a partir do mesmo.

CAPÍTULO III – ÁREA DO ATENDIMENTO

Artigo 15.º – Gestão do Atendimento

1. O atendimento aos cidadãos funciona na Sede da Freguesia.
2. Todos os requerimentos cujos pedidos exijam o pagamento de uma taxa são registados na aplicação informática existente para o efeito, emitidas e entregues aos requerentes as guias de receita.
3. Todas as reclamações apresentadas no Livro de Reclamações, sugestões/opiniões e louvores são rececionadas no posto de atendimento, registadas, e após conhecimento e despacho do Presidente da Junta de Freguesia, enviadas ao responsável da área para serem objeto de apreciação e preparação de resposta fundamentada com eventual adoção de medidas corretivas.

CAPÍTULO IV – ORGANIZAÇÃO CONTABILISTICA, ORÇAMENTAL, FINANCEIRA E DE GESTÃO

Artigo 16.º – Gestão financeira e orçamental

1. A gestão financeira em sentido lato engloba a execução do orçamento, os movimentos da contabilidade orçamental e a tesouraria, de acordo com as deliberações e decisões tomadas pelo órgão executivo, considerando a programação anual.
2. A contabilidade orçamental obedece às disposições legais do SNC-AP e do POCAL na parte não revogada.



Artigo 17.º – Organização do sistema contabilístico

1. A organização contabilística e financeira da Freguesia e os procedimentos adotados regem-se pelo definido no SNC-AP e pelas normas definidas nesta NCI.
2. O sistema contabilístico da Freguesia funciona com base numa aplicação informática com os seguintes módulos:
 - a) Contabilidade Orçamental – SNC-AP
 - b) Faturação e Emissão de Guias de Receita
 - c) Inventário
 - d) Licenciamento de Canídeos
 - e) Gestão de Cemitérios
 - f) Gestão de Pessoal - Vencimentos
 - g) População
 - h) Toponímia

Artigo 18.º – Sistema contabilístico

1. A prática contabilística da Freguesia deve ser orientada pelos princípios orçamentais e contabilísticos, regras previsionais e regras orçamentais definidos no POCAL, SNC-AP, RFALEI, LEO e LCPA.
2. A aplicação do disposto no número anterior deve conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e do desempenho orçamental.

Artigo 19.º – Princípios e regras fundamentais

Na elaboração e execução do orçamento da Freguesia devem ser seguidos os princípios orçamentais e contabilísticos, e respeitadas as regras orçamentais:

1. Princípios Orçamentais:
 - a) Princípios da anualidade e plurianualidade – Os orçamentos das autarquias locais são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil, enquadrados num quadro plurianual de programação orçamental e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado.



- b) Princípio da unidade e universalidade – o orçamento é único e comprehende todas as receitas e despesas.
 - c) Princípio da especificação – o orçamento discrimina suficientemente todas as despesas e receitas nele previstas. As receitas e as despesas devem ser suficientemente especificadas de acordo com a classificação económica em vigor, utilizando excepcionalmente as rubricas residuais.
 - d) Princípio da não consignação – o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei;
 - e) Princípio da não compensação – todas as despesas e receitas são inscritas pela sua importância integral, sem deduções de qualquer natureza.
 - f) Princípio da Estabilidade Orçamental - pressupõe a sustentabilidade financeira da Freguesia, bem como uma gestão orçamental equilibrada, incluindo as responsabilidades contingentes por si assumidas. A Freguesia não pode assumir compromissos que coloquem em causa a estabilidade orçamental.
 - g) Princípio da transparência – dever de informação entre a Freguesia e o Estado, bem como no dever de divulgar aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, a informação sobre a sua situação financeira.
2. A elaboração do orçamento da Freguesia deve obedecer às seguintes regras previsionais:
- a) As importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, exceto no que respeita a receitas novas ou a atualizações dos impostos, bem como dos regulamentos das taxas e tarifas que já tenham sido objeto de deliberação, devendo-se, então, juntar ao orçamento os estudos ou análises técnicas elaborados para determinação dos seus montantes;
 - b) As importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento desde que estejam em conformidade com a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade competente, exceto quando se trate de receitas provenientes de fundos comunitários, em que os montantes das correspondentes dotações de despesa, resultantes de uma previsão de valor superior ao da receita de fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações;
 - c) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, até à publicação do Orçamento do Estado para o ano a que respeita o orçamento autárquico as importâncias relativas às transferências financeiras, a título de participação das autarquias locais nos impostos



- do Estado, a considerar neste último orçamento, não podem ultrapassar as constantes do Orçamento do Estado em vigor, atualizadas com base na taxa de inflação prevista;
- d) As importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respetivo contrato;
 - e) Salvo disposição legal em contrário, as importâncias previstas para despesas com pessoal devem ter em conta apenas o pessoal que ocupe lugares do mapa de pessoal, em mobilidade e em comissão de serviço, bem como aqueles cujos contratos ou abertura de concurso estejam devidamente aprovados no momento da elaboração do orçamento;
 - f) Regra do equilíbrio – o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas;
 - g) Regra do equilíbrio corrente - a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente.

Artigo 20.º – Criação e manutenção de planos de contas

O plano de contas a adotar deverá estar em conformidade com o plano aprovado pelo SNC-AP, e demais recomendações da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), Direção-Geral do Orçamento (DGO) e Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Artigo 21.º – Documentos de suporte ao registo contabilístico

1. Os documentos obrigatórios de suporte ao registo contabilístico das operações são numerados sequencialmente.
2. Constituem suporte das operações orçamentais, de tesouraria e demais operações financeiras, os seguintes documentos:
 - a) Guia de Receita;
 - b) Requisição Interna;
 - c) Proposta de Cabimento;
 - d) Requisição Externa;
 - e) Fatura ou documento equivalente;
 - f) Recibo;
 - g) Nota de Crédito;
 - h) Nota de Débito;
 - i) Ordem de Pagamento;
 - j) Folha de Remunerações;
 - k) Folha de Caixa;



-
- I) Resumo diário de tesouraria;
 - m) Extratos Bancários;
 - n) Contratos;
 - o) Acordos e Protocolos.
3. Constituem, ainda, documentos obrigatórios as fichas de cadastro dos bens do património da Freguesia, os documentos previsionais, os mapas relativos à situação orçamental e os documentos de prestação de contas.
4. Além dos documentos referidos, podem ser utilizados quaisquer outros documentos considerados convenientes tendo em conta a natureza específica ou enquadramento legal da operação.
5. Os processos administrativos e contabilísticos incluem as respetivas informações, despachos e deliberações.

Artigo 22.º – Arquivo dos Documentos de suporte

Devem manter-se em arquivo e ordenados todos os livros, registos e documentos de suporte atendendo aos prazos e regras legalmente definidos.

CAPÍTULO V – DOCUMENTOS PREVISIONAIS

SECÇÃO I – Disposições Gerais

Artigo 23.º – Documentos Previsionais

- 1. Os documentos previsionais devem obedecer às regras previstas no POCAL, SNC-AP e RFALEI.
- 2. A elaboração dos documentos previsionais deve também obedecer às regras previsionais fixadas pela Lei do Orçamento de Estado (LEO) e demais legislação aplicável.

Artigo 24.º – Orçamento e Plano Plurianual

- 1. O orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual e o plano plurianual de investimentos são documentos de horizonte móvel de quatro anos, onde estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Freguesia.
- 2. O orçamento é o documento que apresenta a previsão de todas as receitas e despesas da Freguesia, de acordo com o plano de contas definido.



-
3. O plano plurianual de investimentos, proporciona informação relativa a cada programa e projeto de investimento, designadamente sobre forma de realização, fontes de financiamento, fase de execução, financiamento da componente anual e valor global do programa/projeto, e execução financeira dos anos anteriores, no período e esperada para períodos futuros.

SECÇÃO II – Elaboração e aprovação

Artigo 25.º – Preparação

1. Compete à Secretaria, sob a coordenação do Tesoureiro da Junta de Freguesia, a preparação das demonstrações orçamentais.
2. Os responsáveis pelos diversos Serviços da Freguesia devem proceder ao levantamento das necessidades de despesa para o ano seguinte ou seguintes, devendo contemplar os encargos assumidos em anos anteriores e ainda não satisfeitos e uma estimativa que cubra os encargos assumidos que venham a ocorrer no ano imediatamente a seguir.
3. Todos os trabalhadores da Freguesia têm o dever de colaboração na elaboração do orçamento, sempre que a Secretaria o solicite.

Artigo 26.º – Aprovação

1. A proposta de demonstrações previsionais deve ser remetida pelo órgão executivo ao órgão deliberativo no período previsto na lei, para entrar em vigor a 1 de janeiro do ano a que respeita.
2. Compete à Secretaria assegurar a remessa dos documentos acompanhados pela cópia da ata da respetiva deliberação às entidades determinadas por lei, e também garantir a publicitação pelas formas legalmente previstas.
3. Após a entrada em vigor do orçamento, os documentos que o compõem e as cópias das atas de deliberação e aprovação devem ser arquivadas na Secretaria.

Artigo 27.º – Atraso na aprovação dos documentos previsionais

1. Em caso de atraso na aprovação do orçamento, mantém-se em execução o orçamento em vigor no ano anterior, com as modificações que, entretanto, lhe tenham sido introduzidas até 31 de dezembro.
2. Na situação referida no número anterior mantém-se também em execução o quadro plurianual de investimentos em vigor no ano anterior, com as modificações e adaptações a que tenha sido sujeito, sem prejuízo dos limites das correspondentes dotações orçamentais.



3. A verificação da situação prevista no n.º 1 não altera os limites das dotações orçamentais anuais do quadro plurianual de programação orçamental nem a sua duração temporal.
4. Enquanto se verificar a situação prevista no n.º 1, os documentos previsionais podem ser objeto de modificações nos termos legalmente previstos.
5. As demonstrações orçamentais que venham a ser aprovados pelo órgão deliberativo, já no decurso do ano financeiro a que respeitam, integram a parte das demonstrações orçamentais que tenham sido executados até à sua entrada em vigor.

Artigo 28.º – Modificações aos documentos previsionais

1. A elaboração das modificações às demonstrações orçamentais é da responsabilidade da Secretaria, de acordo com as necessidades dos diversos serviços, devidamente fundamentadas.
2. As modificações ao orçamento podem ser alterações ou revisões. As alterações orçamentais surgem da necessidade de manter a despesa global redistribuindo as dotações, ou seja, as transferências inter-rubricas, não exigindo um aumento da totalidade da receita. Enquanto a necessidade de efetuar uma revisão orçamental surge quando se pretende aumentar o valor global da despesa prevista, em contrapartida de saldo apurado, do excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento ou outras receitas que a Freguesia esteja autorizada a arrecadar.
3. A inscrição de novas rubricas orçamentais origina a elaboração de uma revisão orçamental, mesmo que não haja aumento global da despesa orçada.
4. As modificações do plano plurianual de investimentos consubstanciam-se em revisões e alterações. As revisões do plano plurianual de investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e ou anular projetos nele considerados. A realização antecipada de ações previstas para anos posteriores ou a modificação do montante das despesas de qualquer projeto constante do plano plurianual de investimentos aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao plano.
5. As alterações são aprovadas pela Junta de Freguesia, enquanto as revisões são aprovadas pela Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de Freguesia.
6. Após deliberação de aprovação, as modificações às demonstrações orçamentais e as cópias das atas de deliberação devem ser arquivadas na Secretaria.



CAPÍTULO VI – REPORTES DE INFORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 29.º – Documentos de prestação de contas

1. Os documentos de prestação de Contas a elaborar e a aprovar pelo órgão executivo são:

1.1 - Demonstrações Orçamentais:

- 1.1.1 A Demonstração de desempenho orçamental;
- 1.1.2 Demonstração de Execução orçamental da Receita;
- 1.1.3 Demonstração de Execução Orçamental da Despesa;
- 1.1.4 Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos;
- 1.1.5 Anexos às Demonstrações Orçamentais:

- 1.1.5.1 Alterações orçamentais da receita;
- 1.1.5.2 Alterações orçamentais da despesa;
- 1.1.5.3 Alterações ao plano plurianual de investimentos;
- 1.1.5.4 Operações de tesouraria;
- 1.1.5.5 Contratação administrativa - situação dos contratos;
- 1.1.5.6 Contratação administrativa - adjudicações por tipo de procedimento;
- 1.1.5.7 Transferências e subsídios concedidos;
- 1.1.5.8 Transferências e subsídios recebidos;
- 1.1.5.9 Outras divulgações.

1.2 - Divulgação do inventário de património.

1.3 - Outros documentos definidos pela Direção Geral das Autarquias Locais, Comissão de Normalização Contabilística e Tribunal de Contas.

2. Os documentos de prestação de contas, preparados conforme o SNC-AP, são submetidos pela Junta de Freguesia para apreciação e votação, na sessão de abril do ano seguinte ao que respeita as contas.

3. As contas são prestadas por anos económicos que coincidem com o ano civil.

4. Sempre que existe a alteração da totalidade do órgão executivo da Freguesia, é necessário prestar contas intercalares ao Tribunal de contas, no prazo de 45 dias após a substituição dos membros da Junta de Freguesia.



Artigo 30.º – Deveres de informação e publicidade

1. Compete à Secretaria assegurar a remessa dos documentos de prestação de contas às entidades competentes, bem como a publicitação pelas formas legalmente previstas.
2. Compete à Secretaria assegurar os reportes de informação mensal de natureza contabilístico-financeira a remeter às entidades competentes, bem como publicitar os mesmos nos termos da lei.
3. As obrigações declarativas fiscais, da CGA e da segurança social são garantidas pela Secretaria.
4. Compete ainda, à Secretaria, a elaboração da informação financeira que permite ao Presidente da Junta apresentar nas sessões ordinárias da Assembleia de Freguesia.

CAPÍTULO VII – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E ENDIVIDAMENTO

Artigo 31.º – Contratação de empréstimos

1. A Freguesia pode contrair empréstimos de curto prazo junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, que devem ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados, com a finalidade única de ocorrer a dificuldades de tesouraria, não podendo o seu montante exceder, em qualquer momento, 20% do Fundo de Financiamento da Freguesia (FFF).
2. A Freguesia pode celebrar contratos de locação financeira para aquisição de bens móveis, por um prazo máximo de cinco anos.
3. A Freguesia pode celebrar contratos de locação financeira para a aquisição de bens imóveis com duração anual, renovável até ao limite de dez anos, desde que os respetivos encargos sejam suportados através de receitas próprias.
4. A celebração de contratos de empréstimos de curto prazo, de aberturas de crédito e de locação financeira compete à Junta de Freguesia, mediante prévia autorização da Assembleia de Freguesia.
5. Nos termos do artigo 46.º, n.º 1, alínea a) da LOPTC (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), os empréstimos são geradores de dívida pública fundada, se não forem amortizados no exercício orçamental em que são contratados, ficando sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de contas.
6. Para a contratação de empréstimos é aplicado o Código dos Contratos Públicos.



-
7. Estão vedados o aceite e o saque de letras de câmbio, a concessão de avales cambiários, bem como a subscrição de livranças, a concessão de garantias pessoais e reais e a contração de empréstimos de médio e longo prazos, exceto o disposto no n.º 2. Constituem garantia dos empréstimos contraídos as receitas provenientes do FFF.

Artigo 32.º – Limite de endividamento

1. O montante das dívidas orçamentais da Freguesia a terceiros, excluindo as relativas a contratos de empréstimo de curto prazo ou aberturas de crédito, não pode ultrapassar 50% das suas receitas totais arrecadadas no ano anterior.
2. Quando o endividamento a fornecedores não cumpre o disposto no número anterior, o montante da dívida deve ser reduzido em 10%, em cada ano subsequente, até que o limite se encontre cumprido.
3. No caso previsto no número anterior, compete ao órgão executivo elaborar o plano de redução da dívida até ao limite de endividamento previsto e apresentá-lo à Assembleia de Freguesia para a aprovação.

CAPÍTULO VIII – DISPONIBILIDADE

SECÇÃO I – Fundos de Caixa

Artigo 33.º – Utilização

1. Os Fundos de Caixa (FC) destinam-se apenas à efetivação de trocos, sendo estritamente vedada a utilização para a realização de despesas.
2. Os FC têm carácter anual.

Artigo 34.º – Numerário existente em caixa

1. A importância em numerário existente em caixa deve limitar-se ao indispensável, não devendo ultrapassar o montante adequado às necessidades diárias da Freguesia, fixado no montante máximo diário de 200,00€ (duzentos euros).
2. Compete à Secretaria assegurar o depósito diário em contas bancárias tituladas pela Freguesia, de forma a manter em caixa o montante indicado no número anterior.
3. Em caixa podem existir os seguintes meios de pagamento na moeda em curso legal no território nacional:
 - a) Notas de banco;



- b) Moedas metálicas;
 - c) Cheques;
 - d) Vales postais.
4. É proibida a existência em caixa de:
- a) Cheques pré-datados;
 - b) Vales à caixa.

Artigo 35.º – Entrega

1. A entrega dos montantes dos FC atribuídos é feita pelo Tesoureiro aos titulares designados após a aprovação em reunião de Junta, através da emissão em duplicado de uma nota de lançamento que deve ser assinada pelos titulares do FC e pelo Tesoureiro, devendo um exemplar ficar junto à ata da reunião e outro no Posto de Cobrança.
2. Na contabilidade é criada, para cada FC, uma conta de caixa.

Artigo 36.º – Reposição

1. Os titulares dos FC devem repor junto do Tesoureiro o montante atribuído, no último dia útil de cada ano.
2. O Tesoureiro deve saldar as contas de caixa atribuídas a cada posto de cobrança, após a reposição dos FC.

Artigo 37.º – Contagem de caixa

1. A contagem de caixa é um procedimento de controlo utilizado para assegurar a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude ou erro, a exatidão e integridade dos registos contabilísticos.
2. A contagem de caixa é efetuada na presença do responsável pela caixa ou do seu substituto, através da contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade, a realizar pelo Tesoureiro nas seguintes situações:
 - a) Semestralmente e sem prévio aviso;
 - b) No encerramento das contas de cada exercício económico;
 - c) No final e no início do mandato do órgão executivo;
 - d) Quando for substituído o responsável da caixa.
3. São lavrados termos da contagem dos montantes, assinados pelos seus intervenientes e, obrigatoriamente, pelo presidente do órgão executivo, pelo tesoureiro, nos casos referidos na alínea c) do número anterior, e ainda pelo responsável da caixa cessante, no caso da alínea d) do n.º anterior.



Artigo 38.º – Responsabilidade

1. A responsabilidade por situações de alcance é imputável aos trabalhadores que procedem à emissão e cobrança da receita, devendo, no entanto, o Tesoureiro proceder ao controlo e apuramento das importâncias entregues.
2. É da responsabilidade dos trabalhadores que detêm os FC procederem às diligências necessárias quando se verifiquem situações de diferença de apuramento diário das contas, assegurando a reposição do valor em falta.

SECÇÃO II – Fundos de Maneio

Artigo 39.º – Fundos de Maneio

1. Os Fundos de Maneio (FM) são pequenas quantias atribuídas a trabalhadores para fazer face a pequenas despesas urgentes e inadiáveis e devem ser criados tantos quantos os necessários.
2. O FM caracteriza-se por ser:
 - a) Pessoal e intransmissível;
 - b) Anual;
 - c) Está afeto a determinadas classificações económicas.

Artigo 40.º – Constituição

1. Compete à Junta de Freguesia, sob proposta do Tesoureiro, aprovar a constituição dos FM.
A proposta deve conter os seguintes elementos:
 - a) Justificação para a necessidade do FM;
 - b) Nome e categoria do titular;
 - c) Montante máximo disponível por mês e as respetivas classificações económicas.
2. A Secretaria procede ao cabimento e compromisso para cada FM com valor anual (12 vezes o valor definido na alínea c) do n.º anterior).
3. Na contabilidade deve ser criada uma conta de caixa para cada FM.

Artigo 41.º – Entrega

1. Após a aprovação da proposta de constituição do FM, o Tesoureiro coloca à disposição dos seus titulares que, no ato da entrega, assinarão um documento comprovativo.
2. A entrega é feita em numerário ou sob a forma de cartão de débito ou crédito, neste caso, de acordo com o artigo seguinte.



Artigo 42.º- Cartões de débito e crédito

1. A adoção de cartões de débito ou crédito como meio de pagamento, tem carácter excepcional e deve ser aprovada de acordo com as regras de constituição de Fundo de Maneio, com limite máximo definido.
2. Para o efeito, terão de ser abertas contas bancárias tituladas pela Freguesia.

Artigo 43.º – Reconstituição

A reconstituição do FM é feita no final de cada mês através da entrega na Secretaria do documento de reconstituição e dos documentos de despesa, emitidos sob forma legal, em nome da Freguesia.

Artigo 44.º – Reposição

1. A reposição do FM é feita no último dia útil do ano a que respeita, de acordo com os procedimentos definidos para a reconstituição.
2. A Secretaria deve estornar o montante não utilizado e saldar as contas de caixa.
3. Em caso de cessação de funções do titular deverá proceder-se à reposição nos termos dos nºs anteriores.

SECÇÃO III – Contas Bancárias

Artigo 45.º – Abertura e movimento das contas bancárias

1. A abertura e o encerramento de contas bancárias são sujeitos à prévia deliberação do Órgão Executivo, sendo as mesmas sempre tituladas pela Freguesia de S. Tiago dos Velhos.
2. Na deliberação da abertura de contas bancárias deve ser evidenciado, caso se justifique, o critério para a movimentação.
3. As contas bancárias são movimentadas simultaneamente pelo Presidente do órgão executivo, ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue, e pelo Tesoureiro.

Artigo 46.º – Emissão e guarda de cheques

1. Os cheques emitidos são assinados pelo Presidente da Junta ou pelo vogal com competência delegada, e pelo Tesoureiro.
2. Os cheques não preenchidos estão à guarda do Tesoureiro.



3. Os cheques que venham a ser anulados após a sua emissão, são arquivados sequencialmente na Secretaria , após a inutilização das assinaturas, se as houver.
4. Findo o período de validade dos cheques em trânsito, deve proceder-se, de imediato, ao respetivo cancelamento junto da instituição bancária, efetuando-se os necessários registos contabilísticos de regularização.
5. É vedada a assinatura de cheques em branco.
6. Os cheques apenas devem ser assinados na presença dos documentos a pagar que os suportam, devendo ser conferidos, nomeadamente quanto ao valor inscrito e ao seu destinatário.

Artigo 47.º- Reconciliações bancárias

1. A Secretaria deve manter atualizadas as contas correntes referentes a todas as instituições bancárias onde se encontrem contas abertas em nome da Freguesia de S. Tiago dos Velhos.
2. Mensalmente devem ser realizadas reconciliações bancárias, sendo confrontados os extratos bancários com os registos da contabilidade, pelo Contabilista Certificado.
3. Quando se verifiquem diferenças nas reconciliações bancárias, estas devem ser averiguadas e prontamente regularizadas.
4. Concluídas mensalmente, as reconciliações bancárias são visadas pelo Tesoureiro e os suportes de papel arquivados sequencialmente por conta bancária.

CAPÍTULO IX – RECEITA

SECÇÃO I – Disposições Gerais

Artigo 48.º – Âmbito de Aplicação

As normas seguintes definem os procedimentos de liquidação, cobrança e arrecadação da receita.

Artigo 49.º – Ciclo e Elegibilidade da Receita

1. O ciclo orçamental da receita deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento, sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação.
2. A liquidação pode exceder a previsão de receita, sendo que só poderão ser liquidadas as receitas previstas em orçamento.



Artigo 50.º – Emissão, cobrança e arrecadação da receita

1. As receitas são cobradas nos termos do Regulamento Geral de Taxas em vigor na Freguesia.
2. A emissão dos documentos de arrecadação de receita é efetuada através do acesso à aplicação informática de Faturação e Emissão de Guias de Receita, sendo o controlo da respetiva arrecadação efetuado pela Secretaria.
3. A emissão dos documentos de arrecadação deve obrigatoriamente ocorrer no prazo definido pelo código do IVA, que é, salvo algumas exceções, até ao 5.º dia útil seguinte a contar da data do facto originário.
4. A Secretaria confere diariamente o total dos valores recebidos com o somatório dos documentos cobrados.
5. No final de cada dia a Secretaria deve extrair da aplicação informática a folha de caixa e o Resumo Diário de Tesouraria e assiná-lo. Estes documentos devem ser assinados e mantidos na contabilidade.

Artigo 51.º – Formas de Recebimento

1. Os documentos de arrecadação de receita podem ser pagos por numerário, cheque, transferência bancária, terminal de pagamento automático, vale postal ou outro meio legal disponibilizado para o efeito.
2. Os cheques aceites têm de ser cruzados, emitidos à ordem da Freguesia de S. Tiago dos Velhos e de montante igual ao valor a pagar. A data de emissão deve obrigatoriamente coincidir com a data da sua entrega. No verso do cheque deve ser aposto o número do documento que lhe corresponde.

Artigo 52.º – Anulação e Restituição de Receita

1. A anulação da receita é da responsabilidade do responsável pela Secretaria, assente em informação devidamente fundamentada, e autorizada pelo Tesoureiro.
2. A restituição consiste na obrigação de reembolsar ou restituir um determinado montante recebido indevidamente.
3. Após a autorização referida no n.º 1, a Secretaria deve diligenciar no sentido da restituição devida.



SECÇÃO II – Postos de Cobrança

Artigo 53.º – Postos de cobrança

1. A Freguesia dispõe de um único posto de cobrança na Sede.
2. Deve haver um mapa de controlo de cobranças, em modelo definido pelo Tesoureiro.

Artigo 54.º – Cobrança de receita

1. O documento de cobrança de receita (guia de receita ou fatura) é emitido na aplicação informática específica para o efeito.
2. O original do documento de arrecadação, no qual é aposto um carimbo com a indicação de "pago", é entregue ao cidadão e devidamente assinado pelo trabalhador que procede à cobrança.

CAPÍTULO X – Despesa

SECÇÃO I – Disposições Gerais

Artigo 55.º – Regras para a realização da despesa

1. O ciclo orçamental da despesa deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases a montante até ao cabimento.
2. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação. Os limites definidos devem ser aferidos por transação ou evento e segundo as classificações orçamentais vigentes.
3. O cabimento consiste na reserva de dotação disponível, visando a realização de determinada despesa.
4. O cabimento de verbas é feito pela Secretaria, mediante informação da necessidade de realização da despesa, com vista à abertura do procedimento de contratação pública.
5. O compromisso é a assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo, em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições, implicando alocação de dotação orçamental, independentemente do pagamento.

6. Os compromissos consideram -se assumidos quando é executada uma ação formal pela entidade, como seja a emissão de requisição externa, ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente, ou a assinatura de um contrato, acordo ou protocolo.
7. Os compromissos podem ser pontuais, plurianuais e continuados:
 - 7.1 Compromisso pontual é um compromisso que gera uma única responsabilidade ou uma série de responsabilidades durante um período de tempo determinado.
 - 7.2 Compromisso plurianual é um compromisso que quando assumido gera responsabilidades para a entidade em mais do que um período orçamental, ou pelo menos em período diferente daquele em que é assumido.
 - 7.3 Compromisso continuado é um compromisso de caráter permanente, que gera responsabilidades recorrentes durante um período indeterminado de tempo, nomeadamente, salários, rendas, consumo de água.
8. O compromisso deve ser efetuado em cumprimento da LCPA, na sequência do procedimento de contratação pública, em momento prévio à adjudicação.

Artigo 56.º – Documentos de suporte à despesa

Os documentos de suporte para a execução orçamental da despesa e que constituem o suporte dos cabimentos e compromissos:

- a) Requisição Interna;
- b) Cópia do Processo de Contratação Pública;
- c) Requisição Externa.

SECÇÃO II – Processo de Compras e controlo de receção

Artigo 57.º – Regras para a realização da despesa

Aplica-se à aquisição e receção de bens ou serviços, bem como aos contratos de fornecimento, com exceção das situações previstas relativamente ao procedimento de controlo interno de Fundo de Maneio.

Artigo 58.º – Normas Gerais

1. As compras ou aquisições de bens e serviços são realizadas pela Secretaria com apoio de empresa especializada a quem incumbe todos os procedimentos nos termos da legislação em vigor.



-
2. As compras ou aquisições dependem da Requisição externa ou contrato, após verificação das normas legais aplicáveis, nomeadamente, regras contabilísticas, procedimento de contratação pública e das autorizações pelos órgãos competentes.

Artigo 59.º – Pedido de Serviços e/ou bens

1. Sempre que seja necessário proceder à aquisição de bens ou prestação de serviços, deverá ser formulado um pedido de aquisição assinado pelo membro do executivo responsável pelo respetivo Pelouro.
2. A informação tem de possuir obrigatoriamente despacho de concordância de quem possua competência para autorizar o procedimento de realização da despesa.
3. Da informação devem constar os seguintes elementos:
 - a) Fundamentação da necessidade da realização da despesa;
 - b) Identificação e especificações técnicas dos bens ou serviços que se pretendem adquirir;
 - c) Estimativa do custo dos bens ou serviços;
 - d) Identificação dos requisitos técnicos necessários à elaboração do caderno de encargos.

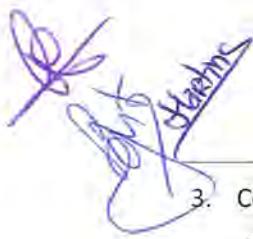
SECÇÃO III – Tramitação dos documentos de despesa e pagamentos

Artigo 60.º – Conferência de faturas

1. Todas as faturas, faturas-recibo, notas de débito e crédito, recebidas são de imediato registadas na correspondência.
2. A Secretaria dispõe de 5 dias úteis para confrontar a fatura com a requisição externa e colocar a indicação de “Conforme” ou “Não Conforme”.
3. Aquando do lançamento da fatura deve a Secretaria atestar se foi publicitado o respetivo procedimento no Portal dos Contratos Públicos, sob pena do não pagamento das mesmas, com exceção dos procedimentos de Ajuste Direto Simplificado.
4. A fatura deve conter evidência de todas as conferências e registo de que tenha sido objeto. No caso das faturas eletrónicas, não sendo possível apor as conferências e registo diretamente no documento, estas menções são colocadas em campos próprios do processo.

Artigo 61.º – Pagamentos

1. Todos os pagamentos de despesas da Freguesia são efetuados pela Secretaria.
2. Os pagamentos de despesa são obrigatoriamente antecedidos da autorização de pagamento e da emissão a respetiva ordem.



3. Compete à Secretaria proceder à emissão das ordens de pagamento, de acordo com o plano de pagamentos aprovado pelo Tesoureiro, se:
 - a) Existir fatura devidamente conferida e confirmada, ou quando se justifique cópia do contrato;
 - b) No caso de protocolo, acordo, contrato-programa, existir, informação interna e deliberação ou despacho pelo órgão competente, devidamente aprovado e assinado;
 - c) Tiver sido comprovada a regularização da situação declarativa e contributiva, quando a isso obrigar a legislação em vigor.
4. As ordens de pagamento são conferidas pelo Tesoureiro, sendo posteriormente autorizadas pelo Presidente da Junta.
5. Nos documentos de suporte da despesa a Secretaria apõe, no momento do pagamento, de forma legível o carimbo de "pago" e respetiva data.
6. A Secretaria confere diariamente o total de pagamentos efetuados com o somatório das ordens de pagamento, após o que deverá extrair a folha de caixa e o Resumo Diário de Tesouraria, assiná-los, e remetê-los ao Tesoureiro para assinatura.
7. O arquivo dos documentos de despesa em suporte papel deve ser efetuado em pastas por ordem sequencial de data e número de OP.

Artigo 62.º – Meios de Pagamento

1. Os pagamentos a terceiros devem ser efetuados preferencialmente através de transferências bancárias eletrónicas ou por ordem ao banco.
2. Os pagamentos das remunerações e abonos dos membros dos órgãos, será sempre efetuado por transferência bancária.

SECÇÃO IV – Contratação Pública

Artigo 63.º – Processo de Aquisição de bens ou serviços

1. Cabe à Secretaria, com apoio de empresa especializada identificar o procedimento legalmente adequado a adotar e proceder ao cabimento da despesa.
2. Se não for possível efetuar o cabimento, a Secretaria informa o órgão executivo desse facto, ficando o processo a aguardar modificação aos documentos previsionais.
3. Após o cabimento da despesa, a Secretaria deverá proceder ao desenvolvimento dos procedimentos de aquisição.



4. Cumprido o procedimento previsto no número anterior e após o procedimento de contratação é emitida a respetiva Requisição Externa, onde consta o n.º de compromisso e que deverá ser remetida ao adquirente com a adjudicação, pela Secretaria.
5. Compete à Secretaria com apoio de empresa especializada, assegurar a formação e execução de quaisquer contratos, bem como a sua publicitação no Portal dos Contratos Públicos, sob pena da não eficácia do respetivo contrato.

Artigo 64º - Execução de Empreitadas

1. As execuções de empreitadas necessárias à atividade da Freguesia devem ser planeadas aquando da preparação do orçamento, tendo por base uma avaliação objetiva das necessidades, e transmitidas à Secretaria.
2. A Secretaria deteta a necessidade de executar obras e elabora a correspondente requisição interna (RI), a qual, depois de visada pelo respetivo membro do executivo é objeto de cabimento.
3. Os procedimentos pré-contratuais de empreitadas são desencadeados pela Secretaria com apoio de empresa especializada.
4. Os eleitos autorizam a realização da despesa, nos termos e de acordo com os limites fixados na lei ou nas delegações e subdelegações de competências.

Artigo 65.º – Princípios e Boas Práticas

1. Nos procedimentos de contratação são especialmente aplicados os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da imparcialidade, da proporcionalidade, da boa-fé, da tutela da confiança, da sustentabilidade e da responsabilidade, bem como os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação.
2. No âmbito da condução dos procedimentos os intervenientes devem:
 - a) Evitar os mesmos elementos, de forma reiterada, para os júris de procedimentos de contratação com objetos idênticos;
 - b) Cumprir os deveres de sigilo e reserva, nomeadamente, não fornecendo aos concorrentes qualquer informação privilegiada que lhes permita apresentar uma melhor proposta;
 - c) Garantir a segregação de funções, por exemplo, assegurando que quem realiza o levantamento da necessidade não participa no procedimento de contratação.

CAPÍTULO XI – Inventário de Património

SECÇÃO I – Processo de inventariação e Cadastro

Artigo 66.º – Âmbito de Aplicação

O inventário e cadastro dos bens compreende todos os bens de domínio privado de que a Freguesia é titular e todos os bens de domínio público de que seja responsável pela administração e controlo e que estejam afetos à sua atividade operacional.

Artigo 67.º – Fases de inventário

1. A gestão dos bens compreende o registo da aquisição, da administração e do abate.
2. A aquisição dos bens da Freguesia obedece ao regime jurídico e às regras da contratação pública.
3. A inventariação dos bens adquiridos obedece aos seguintes procedimentos:
 - a) Classificação;
 - b) Registo – ficha de cadastro;
 - c) Mensuração – atribuição de valor;
 - d) Etiquetagem;
 - e) Verificação Física.
4. A administração compreende a afetação, a transferência interna, a conservação e o abate. A Secretaria mantém atualizado o inventário dos ativos.

Artigo 68.º – Regras Gerais de Inventariação

1. As regras gerais de inventariação são as seguintes:
 - a) A identificação de cada bem faz-se colocando uma etiqueta de código de barras a que corresponde o número de inventário. Para cada bem etiquetado, o registo no inventário faz-se através do preenchimento de uma ficha inicial de cadastro, em suporte informático, em respeito pelas normas previstas no Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.
 - b) Nos bens que não seja possível a afixação da etiqueta, são impressas fotografias dos mesmos e apostada a respetiva etiqueta, e mantida junto à ficha de cadastro em suporte de papel.
 - c) Os bens mantêm-se no inventário desde o momento da aquisição até ao abate.
2. A cada prédio rústico ou urbano corresponde uma ficha de inventário, que em anexo deve conter deliberações, despachos, escritura, certidão do registo predial, caderneta matricial, planta (caso seja um edifício).



-
3. Em caso de aquisição de um edifício para o qual se desconhece o valor do terreno, este deverá ser registado numa ficha de inventário autónoma por 25% do valor de aquisição.

Artigo 69.º –Suportes Documentais

1. As fichas de cadastro efetuadas tendo em consideração as regras previstas no CC2, constituem documentos obrigatórios de registo de bens e devem manter-se sempre atualizadas.
2. Os mapas de inventário são elementos com informação agregada por tipos de bens de acordo com o SNC-AP e classificador geral do CC2, e constituem um instrumento de apoio à gestão.
3. Para além dos documentos obrigatórios previstos no SNC-AP, a Freguesia, para uma gestão eficiente do património, utiliza os seguintes documentos, cuja informação deve constar do registo na aplicação informática:
 - a) Folha de Carga (onde são inscritos todos os bens existentes em cada espaço físico);
 - b) Auto de transferência;
 - c) Auto de cessão;
 - d) Auto de Abate.

Artigo 70.º – Procedimentos de controlo

Para assegurar a coerência e a fiabilidade dos registos contabilísticos dos ativos fixos tangíveis (Inventário), a Secretaria , verifica periodicamente:

- a) A conformidade dos registos contabilísticos efetuados com a criação das respetivas fichas de cadastro;
- b) A contabilização das valorizações efetuadas no decurso do processo de inventariação.

SECÇÃO II – Furtos, roubos, incêndios e extravios

Artigo 71.º – Furtos, roubos e incêndios

No caso de furto, roubo, incêndio ou outra calamidade grave, deve proceder-se do seguinte modo, sem prejuízo do apuramento de posteriores responsabilidades:

- a) Quem detetou a ocorrência deve informar o órgão executivo;
- b) No caso de furto ou roubo, o órgão executivo deve participar o facto às autoridades policiais;
- c) A Secretaria deve ser informada do sucedido, descrevendo os bens desaparecidos ou destruídos, juntando o auto da polícia.



Artigo 72.º – Extravios

1. Compete ao responsável pelo Serviço onde se verifique o extravio de um bem, informar a Secretaria do sucedido devendo este participar o facto às autoridades policiais.
2. O recurso ao abate só deverá ser concretizado depois de esgotadas todas as possibilidades de localização do bem.

Artigo 73.º – Seguros

1. Todos os bens móveis e imóveis da Freguesia devem estar adequadamente seguros, pelos respetivos valores, competindo à Secretaria a realização de diligências nesse sentido.
2. Os capitais seguros devem estar atualizados, de acordo com os valores patrimoniais.
3. Sempre que ocorra a necessidade de acionar o seguro, a Secretaria procederá nesse sentido.

CAPÍTULO XII – RECURSOS HUMANOS

Artigo 74.º – Pessoal

1. A Secretaria procede anualmente ao levantamento de necessidades de pessoal da Freguesia e à planificação de eventuais ajustamentos que se tornem necessários em função da dinâmica interna e novas competências delegadas ou transferidas para a Freguesia.
2. A admissão de pessoal para a Freguesia, seja qual for a modalidade que se revista, depende da prévia autorização da Junta de Freguesia.
3. Não pode ser efetuada qualquer admissão sem a prévia dotação orçamental e que não conste do Mapa de Pessoal aprovado em Assembleia de Freguesia.
4. As admissões são sempre precedidas dos procedimentos adequados à forma de que se revestem, nos termos da legislação em vigor.
5. A Secretaria é responsável pelo controlo dos limites e das despesas com trabalho extraordinário, em dias de descanso semanal e complementar, e de outros abonos suplementares, devendo, numa ótica de gestão partilhada e de responsabilização de todos os dirigentes.

Artigo 75.º – Processo Individual

1. Para cada trabalhador existe um processo individual devidamente organizado e atualizado, que assume a forma de suporte de papel.
2. Têm acesso ao processo individual do trabalhador, para além do próprio ou seu mandatário com poderes para tal, os membros da Junta de Freguesia.



3. Os processos individuais dos trabalhadores devem estar guardados em lugar que assegure o respeito pelo Regime Geral de Proteção de Dados.
4. A consulta dos processos individuais por parte trabalhadores da Secretaria , ocorre no estrito desempenho das suas funções, no cumprimento dos deveres de sigilo e confidencialidade.

Artigo 76.º – Contratos de Avença e tarefa

1. A proposta de celebração de contratos de avença e tarefa é efetuada pelo membro do executivo com a necessidade da prestação do serviço.
2. A celebração de contratos de avença e tarefa deve cumprir as formalidades legais, nomeadamente, no que respeita a autorizações pelos órgãos, bem como a observância do previsto na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, na Lei do Orçamento de Estado, conjugadas com o Código dos Contratos Públicos.

Artigo 77.º – Controlo da Assiduidade

1. A Secretaria deve manter um registo que permita apurar o número de horas de trabalho prestado pelo trabalhador, por dia e por semana, com a indicação da hora de início e de termo do trabalho, bem como os intervalos efetuados.
2. O registo previsto no número anterior é efetuado por sistemas automáticos ou mecânicos.

Artigo 78.º – Controlo do Período de Férias

1. A Secretaria deve manter um registo atualizado do número de férias gozadas por trabalhador, incluindo as faltas por conta do período de férias.
2. No início de cada ano civil a Secretaria elabora um mapa demonstrativo do número de dias de férias gozado por cada trabalhador no ano anterior com vista ao apuramento do saldo.
3. O saldo referido no número anterior deve ser comunicado ao trabalhador para integrar no mapa anual de férias.
4. O mapa anual de férias é aprovado dentro do prazo legalmente previsto.

Artigo 79.º – Trabalho Extraordinário

1. A realização de trabalho extraordinário somente será admissível, desde que previamente autorizada e as necessidades do serviço imperiosamente o exigirem, em virtude de urgência na realização de tarefas especiais ou que resultem de acumulação anormal ou imprevista de trabalho.



2. O pedido de autorização, dirigido ao membro do executivo responsável pelos Recursos Humanos, deverá ser acompanhado de fundamentação que justifique a pertinência do pedido e evidencie a total impossibilidade de o trabalho ser realizado no horário normal.

Artigo 80.º – Processamento de Remunerações

1. O processamento das remunerações é efetuado pela Secretaria, através do módulo informático de Vencimentos.
2. É da responsabilidade da Secretaria o correto apuramento das retenções de IRS, o apuramento mensal das contribuições para a CGA e para a Segurança Social, bem como proceder aos demais descontos obrigatórios e facultativos, dos trabalhadores.
3. Os vencimentos processados são visados pelo membro do executivo responsável pelos Recursos Humanos, e pagos, em regra, por transferência bancária.
4. De acordo com a ligação das aplicações de gestão de pessoal e contabilidade, são transferidos para a contabilidade os elementos relativos a vencimentos indispensáveis ao respetivo cabimento, compromisso e processamento.

Artigo 81.º – Acumulação de funções e atividades

1. Atendendo ao princípio da exclusividade de funções públicas, não é permitida a acumulação de cargos ou lugares na administração pública, nem do exercício de atividades públicas ou privadas, salvo nas situações legalmente previstas, devidamente fundamentadas e autorizadas.
2. A acumulação de cargos ou lugares na administração pública, bem como o exercício de outras atividades pelos trabalhadores da Freguesia, depende de autorização, devendo a mesma ser solicitada, por escrito e nos termos legalmente estabelecidos, ao Presidente da Junta de Freguesia.

Artigo 82.º – Avaliação de Desempenho

A Avaliação de Desempenho dos trabalhadores da Freguesia é realizada nos termos e prazos legalmente previstos.



CAPÍTULO XIII – Apoios recebidos e concedidos

SECÇÃO I – Apoios Recebidos

Artigo 83.º – Candidaturas e Contratos

1. Compete ao órgão executivo assegurar o acompanhamento da execução de qualquer candidatura a programa ou contrato de delegação de competências.
2. O referido no número anterior é efetuado em articulação com a Secretaria , para efeitos de controlo das despesas e receitas, apresentação de pedidos de pagamento e relatórios de execução física e financeira.

SECÇÃO II – Apoios Concedidos

Artigo 84.º – Formalização do pedido de apoio

1. A atribuição de apoio é efetuada de acordo com o quadro legal de atribuições e competências da Freguesia.
2. Para além do disposto no número anterior, as regras de atribuição de apoios são preferencialmente enquadradas em regulamento próprio para o efeito.
3. Sempre que não prevista em regulamentação própria, é assegurada a existência de um dossier permanente relativo a cada entidade beneficiária, contendo os seguintes elementos:
 - a) Fotocópia do cartão de identificação fiscal;
 - b) Identificação dos representantes legais da entidade;
 - c) Declaração de situação declarativa e contributiva regularizada perante as Finanças e Segurança Social;
 - d) Fotocópia dos Estatuto ou outros de igual valor jurídico, publicados nos termos da Lei;
 - e) Orçamento e Relatório de Atividades e contas, bem como as atas de aprovação.
4. Caso exista, por parte de qualquer trabalhador ou eleito, conflito de interesses e/ou participação nos órgãos sociais da entidade beneficiária fica impedido de interferir em qualquer fase do processo de atribuição do apoio.

Artigo 85.º – Efetivação do Apoio

1. Compete ao órgão executivo acompanhar a atividade das entidades beneficiárias do apoio. Para o efeito, elabora informação onde consta a execução da atividade/projeto e atestada a efetiva aplicação dos recursos transferidos pela Junta de Freguesia para o fim deliberado.



2. Os apoios são atribuídos pela Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente ou Vogal da Junta de Freguesia, e aprovados em reunião de Junta de Freguesia, com a indicação da existência de cabimento, compromisso e Fundos Disponíveis.
3. A Secretaria só processa as ordens de pagamento relativas a apoios com a informação de autorização expressa do Presidente e do Tesoureiro.

CAPÍTULO XIV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 86.º - Violação das Normas de Controlo Interno

A violação das normas estabelecidas na presente norma, sempre que indicie a prática de infração disciplinar, dá lugar a imediata instauração do procedimento competente, nos termos do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local.

Artigo 87.º - Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões decorrentes da interpretação e aplicação da presente Norma serão resolvidas através de despacho proferido pelo Presidente da Junta de Freguesia, sem prejuízo da legislação aplicável.

Artigo 88.º - Alterações

A presente Norma pode ser objeto de alterações, aditamentos ou revogações, adaptando-se, sempre que necessário, às eventuais alterações de natureza legal que, entretanto, venham a ser publicadas para aplicação às Autarquias Locais, bem como as que decorram de outras normas de enquadramento e funcionamento local, deliberadas pela Junta de Freguesia, no âmbito das respetivas competências e atribuições legais.

Artigo 89º - Norma revogatória

Com a entrada em vigor da presente Norma é revogada a Norma anterior e são revogadas todas as disposições que a contrariem ou nas partes em que a contrariem.

Artigo 90º - Entrada em vigor

1. A presente Norma entra em vigor no dia seguinte à data de aprovação pelo órgão executivo da autarquia.
2. A presente NCI deve ser publicada e divulgada nos termos habituais e na página oficial da Freguesia na Internet.